

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

JÉSSICA ANDRESSA NEVES DA SILVA
MARIANA LARISSA DALLMANN

GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM UMA COMUNIDADE
TERAPÊUTICA DO NORDESTE DE SANTA CATARINA

JOINVILLE

2016

2016	JÉSSICA ANDRESSA NEVES DA SILVA MARIANA LARISSA DALLMANN	GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM UMA COMUNIDADE TERAPÊUTICA DO NORDESTE DE SANTA CATARINA	IFSC
------	---	--	------

JÉSSICA ANDRESSA NEVES DA SILVA
MARIANA LARISSA DALLMANN

GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM UMA COMUNIDADE
TERAPÊUTICA DO NORDESTE DE SANTA CATARINA

Submetido ao Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Santa Catarina como parte dos requisitos de
obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Hospitalar.

Orientadora: Jaqueline Vicentin Patel Gabardo.
Co-orientador: Francis Renata Pimentel Gonçalves

JOINVILLE
2016

Silva, Jéssica Andressa Neves da. Dallmann, Mariana Larissa
GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM UMA COMUNIDADE
TERAPÊUTICA DO NORDESTE DE SANTA CATARINA / Silva, Jéssica
Andressa Neves da. Dallmann, Mariana Larissa – Joinville, 2015. 72p.

Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Federal de Santa Catarina,
Câmpus Joinville. Graduação. Curso Superior de Tecnologia em Gestão
Hospitalar, Joinville, 2016

Orientadora: Jaqueline Vicentin Patel Gabardo.

1. Controle financeiro 2. Terceiro setor 3. Comunidade terapêutica

GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM UMA COMUNIDADE
TERAPÊUTICA DO NORDESTE DE SANTA CATARINA

JÉSSICA ANDRESSA NEVES DA SILVA

MARIANA LARISSA DALLMANN

Este trabalho foi julgado adequado para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Hospitalar e aprovado na sua forma final pela banca examinadora do Curso Gestão Hospitalar do Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

Joinville, 20 de julho de 2016.

Prof^a. Jaqueline Vicentin Patel Gabardo
Orientadora

Prof^o Antônio Carlos Pires Dias
Avaliador

Prof^o Márcio Tadeu da Costa
Avaliador

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus por ter nos dados vida, família, amigos, saúde e força para superar as dificuldades permitindo que tudo isso acontecesse, não somente nestes anos de universidade, mas que em todos os momentos ao longo da vida.

À universidade, direção, administração e aos professores que oportunizaram a janela que nos deu um vislumbre superior, confiança no mérito a ética aqui presente. À professora-orientadora Jaqueline Vicentin Patel Gabardo pela oportunidade de apoio na elaboração deste trabalho, nas suas correções e incentivos e pelo apoio e confiança ao nosso trabalho de conclusão de curso.

Aos pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional e que apesar de todas as dificuldades sempre nos fortaleceu e nos amparou. E a todos os amigos que direta ou indiretamente fizeram parte da nossa formação, que nos incentivaram a não desistir e a seguir em frente, nosso muito obrigado.

“A confiança em si mesmo é o primeiro segredo do sucesso”

Ralph Waldo Emerson

RESUMO

Diante do atual cenário socioeconômico evidencia-se que o fluxo de caixa, balanço patrimonial, demonstrativo de resultados do exercício entre outros são aflições pertinentes aos administradores de organizações de portes diferenciados bem como setores econômicos. Este estudo foi desenvolvido em uma Comunidade Terapêutica da região Nordeste de Santa Catarina, com objetivo de propor melhorias no processo através de ferramentas financeiras. Utilizando como metodologia pesquisa descritiva exploratória com abordagem qualitativa, sendo que as informações foram coletadas por meio de observação realizadas no período de estágio das acadêmicas do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar e atualizadas em março e abril de 2016. A realização deste estudo possibilitou a análise do processo de gestão dos recursos existentes na comunidade terapêutica, bem como suas particularidades por pertencer ao terceiro setor, favorecendo a criação de um instrumento de controle financeiro. Conclui-se que diante do cenário econômica nacional é fundamental a utilização de instrumentos que auxiliem a gestão de recursos financeiros principalmente de instituições do terceiro setor. Instituições que possuem como fonte de recursos os convênios governamentais e doações em períodos de corte de gastos tendem a sofrer significativa diminuição do volume da receita e conseqüentemente necessitam da respectiva diminuição dos gastos e administração mais transparente para atrair e fidelizar doadores. Os objetivos deste trabalho foram alcançados e a planilha eletrônica foi disponibilizada para a instituição no Sistema Operacional Windows XP (disponível na instituição), no programa Microsoft Excel 2010.

Palavras-chave: Controle financeiro. Terceiro setor. Comunidade terapêutica.

ABSTRACT

The socio-economic background evidence that the cash flow, balance, yearly financial statement are some of relevant tools to administrators of different sized organizations and economic sectors. This study was developed in a Therapeutic Community of the Northeast region of Santa Catarina state, in order to understand the peculiarities of the internal financial control of this institution and propose process improvements through financial tools. Using as study methodology, the qualitative exploratory descriptive interview, the information was collected through observation made by academics of Technology in Hospital Management during the trainee period and reviewed to March and April 2016. This study has promoted the analysis of the management process of resources in the therapeutic community and its particularities for belonging to the third sector, favoring the creation of a financial instrument of control. It is concluded that front of the actually national economic background is essential to use tools that helps the management of financial resources mainly institutions of the third sector. Institutions that the sources is provide by government fund and donations and when crises times the tend to suffer a significant reduction in revenue volume and consequently require the respective decrease in spending and more transparent administration to attract and retain donors. The objectives were achieved and the spreadsheet was made available to the institution in Windows XP Operating System (available in the institution), in Microsoft Excel 2010 program.

Keywords: Financial control. Third sector. Therapeutic community.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FLUXOGRAMA 1 – Atual fluxo de despesas e receitas.....	40
FLUXOGRAMA 2 – Sugestão de fluxo de controle financeiro após a aplicação da planilha eletrônica de controle financeiro para a comunidade terapêutica estudada.....	43

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Representação da planilha eletrônica referente aos meses separado por abas.....	45
TABELA 2 – Representação da planilha eletrônica referente a renda mensal.....	46
TABELA 3 – Representação da planilha eletrônica referente a despesas mensais.....	46
TABELA 4 – Representação da planilha eletrônica referente a porcentagem da renda gasta e total da renda e despesas mensais.....	47
TABELA 5 – Representação do total de renda gasta e total de despesas mensais através de gráfico.....	48
TABELA 6 – Representação da planilha eletrônica referente ao ano.....	49
TABELA 7 – Representação da planilha eletrônica referente a despesas anuais.....	49
TABELA 8 – Representação do total de renda gasta e total de despesas mensais através de gráfico.....	50

LISTA DE SIGLAS

BP – Balanço Patrimonial

CT – Comunidade Terapêutica

CTS – Comunidades Terapêuticas

DRE – Demonstrativo de Resultado do Exercício

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

ONGS – Organizações não Governamentais

SICAP – Sistema de Cadastro e Prestação de Contas

PIB – Produto Interno Bruto

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	18
1.1. Justificativa.....	20
1.2 Problema de pesquisa.....	21
1.3. Objetivos Gerais.....	21
1.4 Objetivo Específicos.....	21
2.REVISÃO DE LITERATURA.....	21
2.1.Terceiro setor.....	21
2.2.Comunidade terapêutica.....	22
2.3.Controle financeiro no terceiro setor.....	25
2.4. Prestação de contas.....	27
2.5.Controle Financeiro Interno.....	29
2.6.Ferramentas de controle financeiro.....	31
2.6.1.Demonstrativo de Resultado do Exercício - DRE.....	31
2.6.2.Balanço Patrimonial - BP.....	33
2.6.3.Fluxo de caixa.....	34
2.6.3.1.Contas a receber.....	36
2.6.3.2.Contas a pagar.....	36
3. METODOLOGIA.....	38
4. DESENVOLVIMENTO.....	39
4.1.Unidade de estudo.....	39
4.2.Controle financeiro da instituição.....	39
4.3.Dificuldades no processo de controle financeiro da instituição.....	41
4.4.Elaboração de um instrumento de controle financeiro de uma comunidade terapêutica.....	42
4.5.Proposição de melhoria no processo de gestão de recursos financeiros em uma comunidade terapêutica.....	43
4.6.Resultados possíveis através da implantação de um instrumento planilhas eletrônicas para o controle financeiro interno.....	51
5. CONCLUSÕES.....	52
REFERÊNCIAS.....	54
APÊNDICE A - POP - PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO.....	66

1. INTRODUÇÃO

As organizações do terceiro setor devem prestar contas aos órgãos responsáveis como qualquer outra organização, e para isso é utilizado várias ferramentas para se chegar ao resultado esperado, como fluxo de caixa, demonstrativo de resultado, entrada e saída de caixa, entre outros. Esses recursos auxiliam em um resultado positivo e agem de forma preventiva, mantendo o patrimônio da organização.

O trabalho estará trazendo as ferramentas de controle financeiro que estarão auxiliando a instituição estudada, a fim de contribuir em sua parte financeira através da implantação de uma planilha eletrônica, pois através do período de estágio foi verificado que não havia nenhuma ferramenta que auxiliasse neste contexto financeiro, acarretando em falhas na gestão.

Conforme Gife (2007) o crescimento do terceiro setor na economia está se destacando e ganhando a importância necessária, totalizando 5% do Produto Interno Bruto (PIB), equivalente a 32 bilhões de reais. Hoje o terceiro setor possui em média um total de 1,5 milhões de profissionais que trabalham nesta área social, mesmo havendo subnotificações devido à dificuldade na compreensão do que seja o terceiro setor.

IBGE identifica a movimentação financeira no terceiro setor por meio das declarações de renda e trabalho enviados pelas organizações sem fins lucrativos de origem pública, privada, isto é, ONGs, sindicatos, fundações entre outros. Esse acompanhamento possibilitando a identificação de “modelos” de gestão amadores e improvisados, porém em proporções decrescentes devido ao contínuo aperfeiçoamento do processo de controle financeiro interno dentro das instituições, não somente em organizações privadas ou organizações sem fins lucrativos (GIFE, 2007).

O controle financeiro é indispensável, pois estimula a transparência das informações, principalmente referente as doações e utilização de recursos que ao fim do processo auxiliará na prestação de contas. Para que a instituição se estabeleça na sociedade é importante que seus processos de trabalho facilitem a tomada de decisão, gerando uma projeção financeira a curto e longo prazo. Independente da natureza da organização é essencial um rigoroso controle financeiro interno, pois o capital viabilizará a funcionamento da instituição, realização

de melhorias e aquisição de matérias e serviços para as atividades terapêuticas. Os recursos da organização devem ser criteriosamente controlados a fim de garantir a diversidade dessas terapias, principalmente em instituições sem fins lucrativos que agem com maior parte dos ativos provenientes de convênios e doações. Nessa perspectiva, as organizações estão se estruturando para melhor gerir seus recursos na busca de resultados mais positivos (CARNEIRO; OLIVEIRA; TORRES, 2011).

O desafio diário que as Organizações do Terceiro Setor vivem é a captação de recursos e a manutenção de seus colaboradores, para que possam ter uma sustentabilidade e planejar suas ações com expectativas de longo prazo. Por isso, uma atenção especial deve ser empregada para o cumprimento das condições dos acordos firmados com os seus financiadores. Quando recebem financiamento para suas atividades sociais, devem buscar ao máximo a eficácia na aplicação dos recursos e demonstrar também a confiabilidade nas prestações de contas sempre que solicitada pelo agente financiador para que possam dar continuidade aos trabalhos e receber novos financiamentos (SILVA; VASCONCELOS; FILHO, 2012).

Com essa afirmação é evidente que o setor financeiro é fundamental para a instituição, e pode interferir em diversos aspectos, a ponto de pôr em risco a sua própria existência. Para que isso não ocorra, o papel do setor financeiro deve ganhar relevância na instituição, registrando e controlando toda a movimentação de seus recursos financeiros. Os responsáveis devem estar preparados não apenas para disponibilizar tais informações, mas também para elaborar um que auxilie o gestor facilitando a tomada de decisão.

Algumas comunidades terapêuticas se mantem de doações e ações voluntárias, essas necessitam ter um controle financeiro ainda mais rigoroso para que as mesmas continuem existindo e auxiliando a sociedade. Porém, as ferramentas de auxílio para este controle são diversas e precisam ser exemplificadas de forma clara e objetiva, para um melhor entendimento da gestão. Estas ferramentas de controle, como o controle financeiro interno, contas a pagar, contas a receber, fluxo de caixa, demonstrativo de resultado e balanço patrimonial para que no final do período seja feito a prestação de contas aos órgãos públicos responsáveis.

O presente estudo foi realizado em uma Comunidade Terapêutica da região Nordeste de Santa Catarina. Utilizando como metodologia pesquisa descritiva exploratória motivada a partir do estágio das acadêmicas do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, tendo como abordagem de pesquisa qualitativa, sendo que as informações foram coletadas por meio de observação

realizadas no período de estágio e atualizadas em março e abril de 2016. O estudo iniciou com a realização da pesquisa em fonte de dados científicos e a elaboração do referencial teórico que somados as competências adquiridas durante a graduação e a observação do período de estágio possibilitou a análise do processo de gestão dos recursos existentes na comunidade terapêutica, bem como a criação de um modelo de controle financeiro. A planilha eletrônica foi disponibilizada para o Sistema Operacional Windows XP (disponível na instituição), no programa Microsoft Excel 2010.

1.1. Justificativa

No atual panorama econômico, as empresas estão sendo criteriosas em relação ao departamento financeiro, sendo considera-se vital que comunidades terapêuticas, como a norteadora do estudo, que possuem como fonte de recursos os convênios governamentais e doações em períodos de corte de gastos sofram com a diminuição do volume das receitas e conseqüentemente necessitem de um controle financeiro ainda mais eficiente. Que auxilie o gestor no planejamento, possibilitando não apenas a sobrevivência da instituição mais o aprimorando dos serviços prestados, dando continuidade ao projeto socioeconômico da organização.

Esse trabalho tem como foco as práticas de controle financeiro, importante ferramenta gerencial, que ao serem padronizadas, contribuem no desenvolvimento da instituição, quantificando os recursos financeiros disponíveis de forma que auxiliam no fomento de melhorias que influenciam na terapêutica.

Após a realização do estágio do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar foi identificado que a comunidade terapêutica não possuía um instrumento de gestão de recursos financeiros indo de encontro aos conceitos adquiridos nas unidades curriculares de economia em saúde, matemática e contabilidade, administração financeira e orçamentária, custos hospitalares entre outros.

1.2. Problema de Pesquisa

Buscou-se reunir dados e informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais ferramentas de controle financeiro poderiam auxiliar a instituição estudada a melhorar a sua gestão?

1.3. Objetivos Gerais

Propor melhorias no processo de gestão de recursos financeiros interno de uma comunidade terapêutica do nordeste de Santa Catarina.

1.4. Objetivos Específicos

- Identificar como é realizada a gestão dos recursos financeiro internos na instituição.
- Comparar a prática de controle financeiro desenvolvida atualmente com a literatura.
- Apresentar um instrumento controle financeiro interno que o gestor de uma comunidade terapêutica possa alimentar e facilidade manusear.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Terceiro setor

Constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais deve-se compreender o terceiro setor como entidade que atua em prol da população em situação de vulnerabilidade social, ou seja, o usuário que não está sendo assistido pelo governo porem não tem condições de adquirir esse serviço privado (GUEDES, 2012).

O Terceiro Setor é um importante aliado que serve de auxílio para lacunas existentes pela falta do estado. As instituições sem fins lucrativos sobrevivem muitas vezes através de doações e tem como objetivos as melhorias sociais que promovem

qualidade de vida, principalmente como o atendimento a dependentes químicos que os órgãos públicos não absorvem diretamente (ZANLUCA, 2012).

Regida pela lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 que normatiza o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil define as diretrizes para política de fomento de colaboração e cooperação da sociedade civil (BRASIL, 2014a).

Resende (2009) divide os setores em três classificações, como primeiro setor, que é representado pelo governo com o dinheiro público e obrigações públicas como fiscalização, políticas públicas entre outros. O segundo setor se refere as instituições privadas, que tem como foco exclusivamente o lucro. E o terceiro setor, que não tem visão do lucro (GONÇALVES, 2011). As organizações sem fins lucrativos apresentam constante ascendência no Brasil ganhando destaque no cenário mundial passando a ter maior visibilidade após o reconhecimento dos serviços públicos e privados da incapacidade do estado em atender as demandas da sociedade (GONÇALVES, 2011). Nesse contexto, a ajuda e solidariedade que inspiraram a surgir das organizações sem fins lucrativos e de esfera pública (SCACIOTTI, 2010).

De acordo com a lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, no seu artigo vinte, dispõe sobre:

Art. 20. Será criado, mediante decreto do Poder Executivo, o Programa Nacional de Publicitação - PNP, com o objetivo de estabelecer diretrizes e critérios para a qualificação de organizações sociais, a fim de assegurar a absorção de atividades desenvolvidas por entidades ou órgãos públicos da União, que atuem nas atividades referidas no art. 1º, por organizações sociais, qualificadas na forma desta Lei, observadas as seguintes diretrizes:
I - ênfase no atendimento do cidadão-cliente;
II - ênfase nos resultados, qualitativos e quantitativos nos prazos pactuados;
III - controle social das ações de forma transparente (BRASIL, 1998).

2.2 Comunidade terapêutica

Estudos relatam que as comunidades terapêuticas surgiram em 1953 com estudos clínicos do psiquiatra inglês Maxell Jones que utilizava abordagens educativas e culturais na tentativa de minimizar os traumas dos soldados sobreviventes da Segunda Guerra Mundial (ARAÚJO, 2003). Com o tempo a terapeutica começou a ser aplicada a outras patologias como a dependência

química que frequentemente ela associado ao sentimento de insucesso na vida em sociedade (FIGLIE; BORDIN; LARANJEIRA, 2015).

No início, os dependentes químicos no Brasil eram internados por seus familiares (hoje a maioria dos casos as residentes continuam sendo internadas por seus familiares) e eram colocados em manicômios, pois eram considerados com transtornos psiquiátricos. Hoje, substituídas pelas comunidades terapêuticas, elas atendem mais de 40.000 residentes e possuem mais de 2000 comunidades terapêuticas pelo Brasil, crescendo basicamente através de ajuda dos serviços voluntários (NEHER, 2014).

No Brasil as CTs normalmente encontram-se instaladas em propriedades da zona rural com público alvo dependentes químicos, com tratamentos de metodologias variadas desde o modelo tradicional médico/assistencial, psicológico, ou mesmo de abordagem religiosa/espiritual (DAMAS, 2013). Fica a critério da administração da comunidade a definição do público que será atendido, por vezes ocorre a seleção pelo tipo de dependencia ou mesmo por características como genero, idade, religião.

A definição do funcionamento interno das entidades prestadoras de serviço de atenção em regime residencial será de responsabilidade do respectivo coordenador técnico, respeitados os seguintes requisitos mínimos: direito do usuário residente ao contato frequente, com visitas regulares, dos familiares; estímulo a situações de convívio social entre os usuários residentes em atividades terapêuticas, de lazer, cultura, esporte, alimentação e outras, dentro e fora da entidade, sempre que possível; promoção de reuniões e assembleias com frequência mínima semanal para que os usuários residentes e a equipe técnica possam discutir aspectos cotidianos do funcionamento da entidade; promoção de atividades individuais e coletivas de orientação sobre prevenção do uso de álcool, crack e outras drogas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

As CTs se baseiam no crescimento pessoal através de mudanças comportamentais e individuais, com foco na integração a sociedade da melhor forma possível. Quanto a estrutura para atendimento aos residentes não há um padrão ou cronograma, pois cada comunidade possui suas necessidades e as mesmas devem se adequar como lhe convém (ARAÚJO, 2003).

Segundo Costa (2009) a maioria das CTs existentes no Brasil são vinculadas a entidades religiosas (cristianismo) por dois motivos: até a década de 60 as pessoas que possuíam problemas associados a álcool e outras drogas eram identificadas como criminosas, induzido a internação, sendo estigmatizados como portadores de doenças psiquiátricas ou procuravam auxílio em instituições

particulares a altos custos. O segundo motivo seria a busca de auxílio da população as instituições religiosas que viram nessa demanda a carência da população e uma oportunidade de evangelizar.

Mais conforme Silva (2011) as comunidades terapêuticas tem como principal finalidade recuperar os internos, reabilitar e inserir novamente a sociedade, ou seja, reassumir sua cidadania. É preciso haver a participação dos internos na sua própria terapia, juntamente com o governo e a comunidade.

O termo “Comunidade Terapêutica” foi reconhecido oficialmente a partir da Resolução nº 101 de 30 de maio de 2001 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Serviço de atenção à pessoa com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas (SPA), em regime de residência ou outro vínculo de um dos turnos, segundo modelo psicossocial, são unidades que tem por função a oferta de um ambiente protegido, técnica e eticamente orientados, que forneça suporte e tratamento aos usuários abusivos e/ou dependente de substâncias psicoativas, durante período estabelecido de acordo com programa terapêutico adaptado às necessidades de cada caso. É um lugar cujo principal instrumento terapêutico é a convivência entre os pares. Oferece uma rede de ajuda no processo de recuperação das pessoas, resgatando a cidadania, buscando encontrar novas possibilidades de reabilitação física e psicológica, de reinserção, de reinserção social (BRASIL, 2001).

Algumas comunidades terapêuticas usam autoajuda, terapia comportamental, cursos profissionalizantes, abordagens psicanalíticas. Outras utilizam a filosofia religiosa, como foco em um determinado tipo de dependência, ou grupos específicos como mulheres, homens e jovens, porém independente do que é adotado, todas têm o objetivo de tratar, prevenir e reinserir a comunidade. Não existe um padrão, e a organização de adapta conforme a necessidade da comunidade. O tempo de permanência pode variar entre semanas, meses ou anos. Os profissionais podem variar entre psicólogos, médicos, assistentes sociais e voluntários não especializados (ARAUJO, 2003).

Atualmente, as CT desempenham importante papel como ponto de atenção na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde, principalmente, para as pessoas com sofrimento ou transtornos mental ocasionados pelo uso de entorpecentes. Estas instituições são caracterizadas como Unidade de Acolhimento, conforme regulamenta o artigo 9º da lei nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011:

II - Serviços de Atenção em Regime Residencial, entre os quais Comunidades Terapêuticas: serviço de saúde destinado a oferecer cuidados contínuos de saúde, de caráter residencial transitório por até nove meses para adultos com necessidades clínicas estáveis decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

Ainda de acordo com a mesma lei, as CTs devem ser organizadas em conformidade com a modalidade de atenção ao qual se destina, ou seja, deverá optar entre dois públicos distintos para o préstimo de cuidados. Deste modo, a entidade acolherá somente usuários adultos ou infanto-juvenis, o que favorecerá a elaboração de projetos terapêuticos compatíveis ao seu público alvo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

Quanto à manutenção financeira da entidade que presta este suporte ao estado, a portaria nº 131, de 26 de janeiro de 2012 que institui incentivos financeiros incluídos as comunidades terapêuticas, voltadas as pessoas dependentes de substâncias psicoativas, deverão ser discriminadas da seguinte maneira:

Fica instituído incentivo financeiro de custeio destinado aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal para apoio ao custeio de Serviços de Atenção em Regime Residencial, incluídas as Comunidades Terapêuticas, voltados para pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

O estado foi responsável pela criação dos Centros de atenção Psicossocial de Álcool e Drogas (CAPSaD) porém historicamente e até hoje as comunidades terapêuticas são as que mais oferecem atendimento, tratam, previnem e reinserem dependentes químicos, respondendo por 90% do atendimento deste público (CINTI, 2012).

2.3 Controle financeiro no terceiro setor

Toda a organização que preza pela sua saúde econômica precisa organizar as suas finanças. Para um bom controle é preciso ter uma monitoração de seus recursos, pois caso haja alguma irregularidade, tanto por falha humana, como interpretação, instruções entre outros, possa ser corrigida visando dar as orientações e encaminhamentos para o melhoramento do processo da gestão. As organizações contam com diversos instrumentos de controle financeiros que servem como aliados em fiscalizações (GRAZZIOLI et al., 2015).

As organizações recebem recursos públicos por meio de convênios, contratos, instrumentos de colaboração entre outros. Para o controle financeiro eficiente, é necessário utilizar e elaborar ferramentas de demonstrações contábeis, de modo a evidenciar suas contas detalhadamente como o balancete, encerramento de exercício entre outros (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2008).

O balancete é um demonstrativo de despesas e renda, com a finalidade de após um período de tempo prestar contas. Esse instrumento é importante para ver a real situação financeira da organização (ZANLUCA, 2012).

O encerramento de exercício é feito no fim de um determinado período, e após o resultado das despesas e receitas. Através dessas informações, pode-se verificar se a organização teve lucro ou prejuízo (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2013).

Conforme estudos de Pereira (2013) o controle no terceiro setor visa manter o patrimônio, respeitando seus acordos, contratos e as determinações do campo federal, estadual e municipal. Cada organização irá realizar sua técnica de controle de pagamentos com o que melhor se encaixar no perfil da entidade. Porém, é necessário que essas informações fiquem claras, evitando atrasos e assim tendo um melhor gerenciamento que possibilite o cumprimento de seus compromissos.

Conforme a resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, do conselho federal de contabilidade que estabelece avaliações na estruturação das demonstrações patrimoniais e contábeis, e informações a serem divulgadas em notas explicativas para organizações sem fins lucrativos, discriminam sobre reconhecimento:

Os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como educação, saúde, assistência social e demais atividades. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, de contribuição para custeio e investimento, bem como de isenção e incentivo fiscal registrados no ativo, deve ser em conta específica do passivo. As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição, ou não, de fundos, e as respectivas despesas devem ser registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2012).

As organizações sem fins lucrativos, na maioria das vezes dependem de doações que são realizadas em valores variados e em datas diferenciadas, por esse motivo é indispensável que seja utilizado instrumentos de controle financeiros. As

previsões das atividades deverão ser executadas afim de efetuar a projeção das receitas que serão recebidas de doações ou que poderão ser ganhas por renda própria (SANTOS, 2013).

Santos (2013) ainda relata que o gestor deve utilizar das previsões financeiras para diminuir as dificuldades na organização, o que poderá auxiliar na tomada de decisões e evitar que ocorram problemas em suas finanças, antes mesmo de precisar tomar medidas corretivas.

O controle financeiro no terceiro setor é fundamental, pois através da elaboração de suas atividades que será definido o quanto dos seus recursos será utilizado refletindo diretamente nos resultados. É preciso planejar a aplicação desses recursos, avaliar variações e prestações de contas para proporcionar a organização das informações na tomada de decisão (SOUZA, 2013).

A mensuração do controle financeiro deve ser feita de forma clara para que possa influenciar positivamente na imagem que a sociedade tem da organização. Um dos grandes problemas que as instituições sem fins lucrativos sofrem é o abalo na confiabilidade devido a escândalos fraudulentos, por esse motivo reforça-se a necessidade da transparência no controle financeiro e dos recursos das organizações (DINIZ, 2014).

2.4 Prestação de contas

A prestação de contas tem como finalidade demonstrar se os resultados foram alcançados e se o planejamento seguiu como programado identificando caso tenha ocorrido alguma inconformidades.

Para gestão pública, é considerado importante instrumento de transparência, controle social e verificação da qualidade dos serviços prestados; relaciona-se a melhoria da vigilância, disponibilizando o que foi feito pela gestão. Esta averiguação pode ser realizada através de auditorias internas ou mesmo dos tribunais de conta, pela verificação das contas anuais, convênios, certidões de regularidade, comprovante de recolhimento de impostos, extratos bancários entre outros (BRAGA, 2013).

O Conselho Federal de Contabilidade através da resolução nº 1.128 de 21 de novembro de 2008, define a Contabilidade Aplicada ao Setor Público como:

[...] ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público. O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social. O objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o patrimônio público. A função social da Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2008).

As organizações possuem vários requisitos para se qualificarem perante a lei, como as certidões para reconhecimento de aptidão, isenção entre outros benefícios. Também os balanços e pareceres para acompanhar o desempenho da organização, como balanço patrimonial, demonstrativo de patrimônio líquido, fluxo de caixa, notas explicativas entre outros. Os pareceres fiscais são responsáveis pela fiscalização da administração da organização, analisando as demonstrações financeiras, relatórios anuais entre outros (INSTITUTO ABRACE, 2015).

Conforme a portaria do diário oficial da união nº 5, de 3 de fevereiro de 2014, que estabelece a prestação de contas dos prestadores de serviço de acolhimento a pessoas dependentes de substâncias psicoativas como descrita a seguir:

Estabelece as regras de prestação de contas para pagamento no âmbito dos editais de chamamento público para a contratação de serviços de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas. Considerando os contratos celebrados com as comunidades terapêuticas por meio dos Editais de Chamamento Público. Considerando a necessidade de disciplinar e tornar-se públicos os procedimentos visando ao pagamento da prestação de serviços de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa pelas entidades contratadas. Na hipótese de o acolhimento ter início ou término aqui consideradas todas as causas interruptivas durante o mês de apuração, o valor indicado na nota fiscal/fatura deverá ser proporcional aos dias de efetivo acolhimento, obtido pela divisão do número de dias do mês de apuração (28, 29, 30 ou 31), pelos dias em que se efetivou o serviço. Em caso de acolhimento de novo residente, o pagamento somente terá início a partir do dia seguinte à desocupação da vaga (BRASIL, 2014b).

Assim como as instituições privadas que visam lucro, é preciso que as instituições sem fins lucrativos prestem contas e cumpram com suas obrigações por meio do Sistema de Cadastro e Prestação de Contas (SICAP). Apesar das diferenças, as obrigações sociais não são diferentes das outras organizações

quando se trata de prestação de contas, pois todas as organizações devem cumprir obrigações junto aos órgãos governamentais, como receita federal, FGTS entre outros (POLLI, 2016).

2.5 Controle Financeiro Interno

Cavalheiro (2007, p.29) relata que o controle interno é uma forma complementar ao planejamento, sendo utilizado para reconhecer possíveis resultados, independentemente da circunstância onde será inserido, em organizações de pequeno e grande porte ou sem fins lucrativos.

Conforme estudos de Costa (2009) a mesma analisa e descreve que os processos de controle financeiro fornecem estabilidade no cumprimento dos objetivos através das ferramentas financeiras, sempre seguindo a íntegra das leis e normas. Esse processo traz a organização a plenitude nas operações, trazendo segurança daqueles que utilizam o serviço, melhorando a credibilidade e qualidade na realização das atividades.

Silva (2008, p.10) afirma que a análise financeira de uma organização consiste num exame minucioso dos dados disponíveis sobre a organização, como também as condições que a afetam financeiramente. Podemos incluir nessa análise as demonstrações contábeis, programas de investimentos, projeções de venda, projeção de fluxo de caixas, por exemplo.

Os responsáveis pela gestão precisam entender e enxergar o controle interno em toda a sua amplitude e capacidade, como objetivo da organização de alcançar seus resultados. Quando essa visão for assimilada, o processo de controle poderá ser aplicado de forma positiva, servindo como ferramenta ao processo de tomada de decisão (CAVALHEIRO, 2007, P.29).

Entre os objetivos do controle interno podemos citar a eficácia organizacional, que trata de forma competente as decisões tomadas pela empresa, alavancando resultados satisfatórios no desempenho financeiro e também na integração as áreas de responsabilidade. Com o objetivo de garantir que as necessidades dos envolvidos sejam atendidas, e até mesmo superadas, o controle de gerenciamento interno deve atender os requisitos financeiros. Além de proporcionar uma gestão econômica, sugere a otimização de resultado econômico, e assegura sua continuidade, reduzindo custos e controlando entradas e saídas. Para isso, os

gestores têm a necessidade de mensurar os resultados da empresa, criar meios de mecanismos gerenciais que realizam comparações para futuros projetos de melhorias (FONSECA, 2009, p.24).

O controle financeiro envolve a administração do caixa, da renda, das contas a receber e a pagar, e dos financiamentos de curto prazo. A organização precisa dispor de recursos suficientes para pagar os compromissos com fornecedores, salários, tributos e demais contas. Os recebimentos das vendas ou prestação de serviços aos clientes precisam ocorrer juntamente ao vencimento dos compromissos (BARBOSA, 2002, P. 28).

Silva (2008, p.101) informa que análise financeira deve ter conhecimento sobre os conceitos e fundamentos do controle interno financeiro, para melhor compreender a performance da organização que esteja analisando, ainda que não possa ter ação sobre as decisões financeiras que aquela organização tenha tomado.

Entre as principais decisões da função financeira em uma organização estão no investimento, concentrando-se na escolha de alternativas de aplicação dos recursos na organização. O financiamento, que tem objetivo de alcançar uma estrutura ideal para os recursos, dada a composição de investimentos. E a utilização do lucro líquido, que se preocupa com a destinação dada aos recursos financeiros que a própria organização gera em suas atividades operacionais (SANVICENTE, 2002, P.232).

Conforme Sobral (2008, p. 242) os instrumentos de controle financeiro mais utilizados são os demonstrativos financeiros, que são usados para registrar o valor e serviços na organização. Com base nesses demonstrativos, é possível avaliar.

- A liquidez da organização, isto é, sua capacidade de conversão de ativos em dinheiro;
- A situação financeira da organização, ou seja, seu equilíbrio financeiro;
- A rentabilidade da empresa, ou seja, sua capacidade em gerar lucros.

A maior preocupação está no uso ou aplicação dos recursos financeiros da organização. A função do controle financeiro é rever e administrar as decisões, com a finalidade de distribuir recursos existentes, visando na ampliação e na solidez da organização a longo prazo (MELCHIOR, 2007, P.44).

2.6 Ferramentas de controle financeiro

2.6.1 Demonstrativo de resultado do exercício - DRE

A DRE é o relatório que colaciona as receitas e despesas referente a um período. A demonstração de resultado oferece uma visualização que pode resultar as operações positivamente ou negativamente, ou seja, lucro ou prejuízo (SALAZAR; BENEDICTO, 2003, p.51).

Já para Sardagna (2016) a Demonstração de resultado de exercício opera nas finanças da instituição por um determinado tempo e esclarece se houve lucro ou prejuízo. A DRE é um demonstrativo contábil que mostra o resultado líquido, onde é feito comparações entre receitas e despesas. A gestão das atividades é feita de uma síntese de resultados operacionais ou não operacionais, como por exemplo apresentando os impostos e taxas recolhidas durante aquele período (SARDAGNA, 2016).

Os dados devem ser regidos pelo princípio das receitas e despesas sendo inseridos independente de recebimentos e pagamentos. O objetivo é detalhar os passos que compõe o resultado líquido e confrontando as receitas, e assim ajudando na tomada de decisão. O demonstrativo de resultado pode ser utilizado não somente para o desempenho da instituição, mais também para o desempenho dos gestores. A importância deste demonstrativo é em avaliar a geração de lucro e melhorar os resultados, retratando a real situação da instituição e focando a gestão para a eficiência e competência, e tornando flexível para os usuários (PAULA, 2013).

Segundo o artigo 187 da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei das sociedades por ações instituiu a Demonstração do resultado de exercício, as instituições deverão discriminar da seguinte maneira:

A receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos; a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto; as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais; o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas; o resultado do exercício antes do imposto sobre a renda e a provisão para o imposto; as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesas; o lucro e prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social; as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente de sua realização em moeda e os custos,

despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos (BRASIL, 1976).

A construção da DRE é feita através dos valores das receitas brutas de vendas, serviços prestados, impostos incidentes e abatimentos. Com essas informações é possível encontrar o valor da receita líquida, vendas e serviços que serão subtraídos aos custos dos serviços prestados e encontrar o valor operacional bruto do período. As despesas devem ser subtraídas das demais receitas e acrescentadas ao valor que seja obtido ao operacional líquido, antes da incidência de impostos e para finalizar, o recolhimento do imposto de renda (FERNANDES, 2015).

Pirró (2014) relata que para demonstrar o resultado é importante analisar as atividades da instituição, e que para isso existe vários instrumentos que compõem a DRE, que podem ser avaliadas:

- Receita operacional bruta e líquida: receita bruta conta com todos os impostos por sua vez na receita líquidas já foram deduzidos os impostos, ou seja, o valor “limpo” sobre as vendas e prestações de serviço;
- Receita não operacionais: são lucros obtidos com negociações incertas, ou seja, não fazem parte das atividades da instituição e que normalmente não se repetem. Esses lucros não fazem parte da sua atividade operacional, porém o serviço foi realizado gerando lucro;
- Lucro bruto e líquido: o lucro bruto é a diferença entre a receita líquida e o custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas. Representa a quantia que a instituição ganhou sobre a receita total após subtração dos custos. O lucro líquido indica o resultado após verificar o quanto de dinheiro a instituição ganhou depois de pagar seus impostos.

Oliveira (2014) complementa com outras atribuições para demonstrar esses resultados:

- Despesas operacionais, não operacionais e financeiras: as despesas operacionais são aquelas despesas necessárias para a organização, por exemplo, as despesas com serviços administrativos, comercialização do produto, comissões, material de escritório, marketing entre outros. Já as despesas não operacionais são as que não ocorrem com frequência e que poderá eventualmente ter perdas, como por exemplo, enchentes ou incêndios e não possuir cobertura de seguro. São classificados como despesas

financeiras os juros de uma dívida, descontos concedidos a clientes por antecipação de pagamentos após ter faturado, descontos financeiros a fornecedores;

- Resultado de equivalência patrimonial: são as despesas ou receitas em que a organização possui participação em outras empresas. A organização investidora deve reconhecer as demonstrações do resultado, o lucro, prejuízo entre outros;
- Lucro operacional: é o gasto com a produção, mão de obra entre outros (lucro bruto), descontado das despesas necessárias na instituição (despesas operacionais) e gastos com participação em outras organizações (equivalência patrimonial);
- Lucro antes dos impostos, contribuições e participações: é o valor após a retirada de todas as despesas da organização, excluindo o imposto de renda.

Referente ao imposto de renda, o artigo 15 da lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, da Lei tributária federal e das outras providências instituiu ao imposto de renda de pessoa jurídica (lucro líquido):

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instruídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos (BRASIL, 1997).

É de extrema importância a elaboração do demonstrativo de resultado pois ele é o controle financeiro da empresa, o que resulta nos investimentos e estratégias adotadas. A DRE reflete no planejamento estratégico de negócios da instituição, possibilitando o estudo de estratégias a serem melhoradas e aplicadas pela gestão e futuramente através de cálculos de indicadores possibilitar equilíbrio (FERNANDES, 2015).

2.6.2 Balanço Patrimonial - BP

O Balanço patrimonial serve para demonstrar como está o patrimônio da organização e assim estimar sua condição financeira. A demonstração do balanço do patrimônio da organização pode ser feita através de demonstrativo contábil, importante para evidenciar a qualidade e o desempenho em um determinado período, a posição financeira e patrimonial da organização (PAULA, 2013).

A formação do balanço é feita através das contas a pagar e a receber, classificadas de acordo com os componentes do patrimônio, que justificam o seu êxito. Através do balanço patrimonial, pode ser demonstrado todos os bens, direitos e deveres da organização em determinada data (OLIVEIRA, 2014).

Já para Pirró (2014) revela que diferente da demonstração de resultado de exercício, o balanço patrimonial refere-se a uma data e não um período completo. Ele pode ser gerado a qualquer dia demonstrando o que a organização possui de direitos e obrigações naquele dia, porém os ativos e passivos da organização deverão ser feitos no final de um período. É comum comparar os balanços de período anteriores para se ter uma visão da evolução da organização.

Para Costa (2005) o balanço patrimonial se baseia através de três componentes. O ativo, que representa os bens e os direitos da entidade, que aplicados geram recursos que beneficiam futuramente a organização no âmbito econômico, como bancos, investimentos, veículos, imóveis entre outros. Os passivos são representados como obrigações com terceiros, que resultam nos eventos que demandam para sua liquidação (pagamentos), como por exemplo, fornecedores, mão de obra, impostos, prestação de serviço, entre outros. E o patrimônio líquido, que são seus próprios recursos, são os seus valores com diferença boa ou ruim entre o passivo e o ativo, ou seja, o lucro ou prejuízo do período.

2.6.3 Fluxo de caixa

Conforme Ross (2010, p.6) o fluxo de caixa é um instrumento de gestão calculado através da subtração das entradas e saídas dos recursos financeiros da empresa, indicando as projeções futuras.

Já para Borges (2014) o fluxo de caixa inclui vários aspectos como contas a pagar e receber, gráficos explicativos, plano de contas entre outros. Estes essenciais para uma efetiva gestão financeira, pois fornece equilíbrios em seus gastos, trazendo a tranquilidade ao gestor para que o mesmo possa agir de forma preventiva caso precise de desembolsos futuros, e assim tendo um controle das entradas e saídas.

Sales (2007, p.65) relata que o caixa no meio organizacional é a denominação de uma conta destinada a indicar o valor de recursos disponíveis da

instituição, bem como registro de movimentações financeiras e seu destino nos pagamentos e investimentos. O fluxo de caixa é composto pelos itens a seguir.

O Fluxo de caixa operacional é responsável pelo financiamento de operações organizacionais e garante o funcionamento da organização com as reposições de matérias e demais custos fixos.

Fluxo de caixa financeiro tem a previsão de movimentação financeiro do caixa durante um período estipulado, essa programação minimiza gastos não programados. Caso surja algum gasto não previsto será necessário a busca de um ativo extra (SALES 2007, p.65).

Por sua vez Ross (2010, p.54) conceitua os quatro fluxos de caixa principais sendo:

- O fluxo de caixa para investimentos necessita de saldo positivo em caixa, para destina-lo em investimentos futuros.
- Fluxo de caixa das operações diz respeito aos gastos fixos, pagamentos, reposição de matérias (limpeza, higiene, escritório), entre outros.
- Fluxo de caixa decorre de variações de ativos fixos e os recebimentos fixos mensais.
- Fluxo de caixa decorrente a variações de giro líquido e despesas diárias, gasto e recebimentos não programados.

Braga (2010, p.124) destaca que os fluxos de caixa compreendem valores distribuídos no tempo correspondente como as saídas líquidas de caixa ou investimento líquido, se referem aos pagamentos de despesas, custos fixos ou as entradas líquidas de caixa ou benefícios monetários líquidos como recebimentos de pagamentos, doações em dinheiro, ganho sobre produtos e serviços prestados.

O acompanhamento das despesas é necessário para uma projeção que irá auxiliar no controle de fluxo de caixa. É preciso ter um controle de quanto irá ganhar para que a organização possa pagar suas despesas. Pode ser representado através de planilhas, porém é necessário saber o quanto cada um deles irá custar no orçamento mensal (BARRETO, 2014).

As despesas e receitas podem ser representadas de duas formas, o superávit, que é o bom resultado de todas as despesas e renda e o déficit, que seria o um resultado rui, ou seja, negativo (BRASIL, 2010).

Os registros financeiros seguem uma classificação de despesas e receitas. Elas podem ser representadas por despesas variáveis e despesas fixas. As despesas variáveis são aquelas que dependem do nível de consumo, como por exemplo a alimentação. Já as despesas fixas são aquelas que vão ser pagas regularmente, independente do consumo, como por exemplo o aluguel (MASSARO, 2014).

A receita é nomeada de várias formas e o mais comum no terceiro setor são receitas de vendas de imóveis não pertencentes do ativo, aplicações financeiras, locação e doação de particulares. Já as despesas é a saída dos recursos e a redução dos ativos ou aumento dos passivos (BULGARIM et al., 2011).

2.6.3.1 Contas a receber

Contas a receber incluem todas as entradas de caixa da instituição em determinado exercício financeiro (GITMAN, 2010, P.33).

Já para Vidal (2013) as contas a receber indicam a quantidade em dinheiro que a organização tem para receber.

A organização precisa saldar os compromissos e as demais contas. Os recebimentos das vendas e prestação de serviço precisam ocorrer antes ou simultaneamente ao vencimento. Quando há falta de sincronia entre prazos de recebimentos e de pagamentos, é necessário buscar recursos financeiros. O mais comum é por meio de empréstimos (JUNIOR, 2011, P.11).

2.6.3.2 Contas a pagar

A saída de caixa corresponde ao pagamento dos fornecedores, por meio da quitação das faturas emitidas a instituição. A saída de caixa para pagamentos das despesas gerais necessárias para a operação de todas as atividades organizacionais de administração. As despesas representam os gastos como os encargos sociais, despesas obrigatórias como energia, água, telefone entre outros (PADOVEZE, 2010, P. 10).

Já para Groppelli (2012, p.341) as contas a pagar correspondem as obrigações financeiras da organização e capacidade de se organizar e honrar os compromissos de curto e longo prazo nas datas previstas e ainda ter a folga

financeira para casualidades. Quando uma organização deixa de liquidar seus compromissos financeiros nas datas previstas, a entidade sofre com restrições ao crédito, gerando dificuldades na manutenção do ritmo normal das operações, podendo agravar e até levar à falência (FONSECA, 2009, P.54).

Braga (2010, p.279) destaca que para manter disponibilidade caso ocorram imprevistos financeiros, deve-se atender aos pagamentos programados para o curso normal das atividades e manter uma reserva de segurança para eventuais imprevistos.

As organizações precisam manter um saldo de caixa, basicamente para atender os pagamentos de compromissos financeiros gerados pelas atividades racionais como: a compra de materiais, contratação de serviços e amortização dos empréstimos e financiamentos. Os desembolsos para os investimentos devem ser permanentes para os pagamentos de eventos não previstos (HOJI, 2006, P.11).

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva exploratória motivada a partir do estágio das acadêmicas do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar em uma comunidade terapêutica região nordeste de Santa Catarina. O estudo exploratório tem como finalidade o desenvolvimento de ideias e o esclarecimento destas, permitindo a modificação de conceitos tradicionalmente estabelecidos, com vista na elaboração de hipóteses pesquisáveis em estudos posteriores (GIL, 2008).

Esta comunidade terapêutica assim como a grande parte das existentes no Brasil é vinculada a entidade religiosa. A maioria dos profissionais que atuam na instituição possuem vínculo de voluntariado e convenio de estágio como assistentes sociais, psicólogos, assistentes administrativos, terapeutas ocupacionais, enfermagem, entre outros. As residentes também chamadas de internas possuem idade mínima de 18 anos e dispõem de várias atividades como cursos (PRONATEC), artesanatos, atividades culturais vinculadas ao cristianismo, atividades junto aos familiares em dias de visitas entre outros como medida terapêutica no tratamento de dependência química.

Após a escolha do tema a presente pesquisa foi iniciada através do levantamento bibliográfica em literatura científica e elaboração da fundamentação teórica, em seguida realizada análise observacional da instituição com base nos dados coletados durante a realização do estágio obrigatório no período de 05 de maio a 20 de junho de 2014, atualizados no período de 07 de março a 30 de abril de 2016. Em seguida realizada comparação com a literatura identificando que a instituição não possui ferramentas de controle financeiro interno implantadas, e como sugestão de melhoria foi criado um instrumento de controle financeiro que auxilie o gestor na gestão de recursos.

Este estudo visa não ferir os princípios básicos da ética perante pesquisas, não foram identificados os profissionais bem como a comunidade terapêutica norteadora do estudo.

4. DESENVOLVIMENTO

Nos tópicos a seguir serão apresentados os resultados do estudo que consiste na elaboração de um instrumento de controle financeiro para uma comunidade terapêutica do nordeste de Santa Catarina.

4.1 Unidade de estudo

A Organização possui uma função importante no papel social regional, tendo o caráter de coordenar fatores destinados à satisfação das necessidades humanas. Estas necessidades atingem diferentes escalas de importância e satisfação. Deste modo, a organização tem outros objetivos e desafios importantes, como o comprometimento no atendimento ao paciente e a busca constante do aprimoramento das decisões, como as questionadas às cobranças da sociedade.

As comunidades terapêuticas, como instituições de atendimento ao dependente químico, não governamentais, em ambiente não hospitalar, com orientação técnica e profissional, onde o principal instrumento terapêutico é a convivência entre os residentes, surgiram no cenário brasileiro, ao longo dos últimos quarenta anos, antes mesmo de existir qualquer política pública de atenção à dependência química no país. Elas cresceram, multiplicaram-se e ocuparam espaços na medida em que inexistiram programas e projetos de caráter público que oferecessem alternativas para o atendimento às pessoas dependentes de substâncias psicoativas (SPAs), desejosas de tratamento (COSTA, 2005).

4.2 Controle Financeiro da instituição

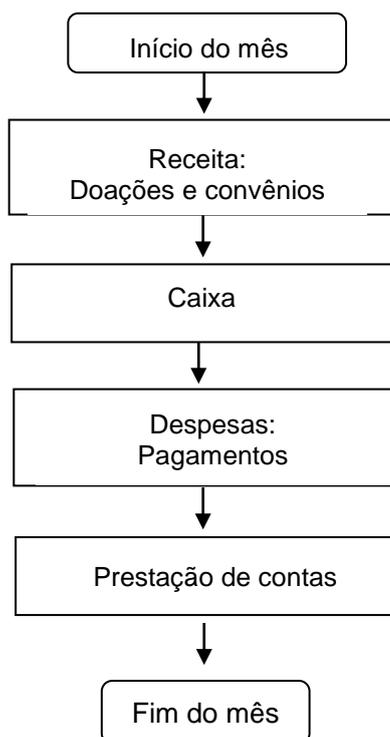
O controle interno da organização é feito através da coordenadora e moradora da instituição. Os valores são recebidos na conta bancária da instituição, através de depósitos realizados por familiares, convênios (governo) e doações, além de doações de produtos realizadas direto na sede da instituição. Desses valores são subtraídos pagamentos, como encargos sociais, material didático, material de consumo, transporte e combustível, alimentação entre outros. O controle financeiro na instituição era inexistente. Foi realizado um controle financeiro eletrônico, porém a coordenação imprimiu e utilizou este controle manualmente durante um breve período de tempo, desistindo em seguida das medidas adotadas alegando falta de praticidade.

Após relatos da coordenadora da instituição através do período do estágio, foi comprovado que não era utilizado nenhuma ferramenta de controle financeiro que auxiliasse e que agilizaria nesse processo. No escritório da organização, fica concentrado o cadastro das internas, as compras de materiais didáticos, medicamentos entre outros. Além dessas informações, é onde possui as contas a pagar e receber, fluxo de caixa, comprovantes de depósito, balanço patrimonial, demonstrativo de resultado entre outros, que não se adequam a realidade da organização. Não há um procedimento ao qual a coordenadora e moradora da instituição possa estar realizando a auditoria interna da organização, pois as entradas, saídas de caixa e prestação de contas são feitas pela mesma, sem nenhum outro responsável capacitado que atue na função, o que pode acarretar erros nesse processo.

Os benefícios do controle interno podem gerar otimização do tempo, redução dos custos marginais e maior eficácia nos processos operacionais. A interligação dos setores e a avaliação dos mesmos, esses se processa unicamente através de reuniões e relatórios periódicos para que as informações sejam devidamente analisadas e conhecidas por todos (SANTOS; BÔAS; MORAES, 2012).

Para uma melhor visão de como funciona o controle financeiro na instituição, verifique o fluxograma a seguir:

FLUXOGRAMA 1 – Atual fluxo de despesas e receitas.



Fonte: As autoras.

Como exemplificado no fluxograma acima, as entradas e saídas de caixa, ou seja, os fluxos de caixa não eram controlados, bem como os demais dados financeiros como material didático, medicamentos, alimentação, entre outros pequenos gastos. As receitas são incorporadas por doações e convênios com o governo que são depositadas na conta da instituição no banco, dessa conta são realizados através de saques para pagamentos em dinheiro, bem como pagamento por cartão ou cheque. A organização possuía dois computadores porém os profissionais ainda tem preferência pelos processos manuais através da separação das notadas fiscais. Referente a parte contábil da organização como o demonstrativo de resultado de exercício e o balanço patrimonial, porém o contador realiza o relatório de prestações de contas no final do mês vigente através da análise dos comprovantes bancários, notas fiscais, oportunizando erro por falha humana. Seguindo o atual fluxo de a gestora não consegue acompanhar de forma prática e objetiva durante o mês vigente as receitas, os gastos bem como o fluxo de caixa entre outras informações.

4.3 Dificuldades no processo de controle financeiro da instituição

Através da observação realizada no período de estágio foi constatado que a instituição não possui um controle financeiro interno. A falta desse controle acarreta falhas em outros departamentos da comunidade terapêutica, como a alimentação, produtos de higiene, material didático entre outros, pois os gastos com esses itens de consumo acarretam a falta de materiais. Ressaltando que não há um controle que identifique alguns materiais, como matérias de escritório, limpeza, materiais didáticos, entre outros não tendo um controle também dos itens imobilizados, o que dificulta a auditoria do patrimônio. O que também foi observado no período de estágio é a falta do controle das doações que eram recebidas não havia identificação, nem a data de recebimento ou valor recebido.

Infelizmente a maior dificuldade no controle interno nas organizações sem fins lucrativos é não possuir controle em suas receitas, devido a grande maioria dessas organizações possuem significativa fração da sua receita produto de doações. Para que a CT consiga se manter mesmo com suas particularidades é necessário que seja realizado o controle financeiro da organização para que assim o

gestor tenha uma demonstração da verdadeira situação financeira da organização em tempo real (ARAÚJO, et al. 2007).

Para auxiliar no controle financeiro da instituição foi elaborado um instrumento em forma de tabela para o registro e acompanhamento do gestor, que será detalhado nos tópicos seguintes.

4.4 Elaboração de um instrumento de controle financeiro para uma comunidade terapêutica

Durante o período de estágio foi identificado que a instituição estudada não apresentava um método de controle financeiro interno, e devido está ausência ocasionava algumas falhas no modo de gestão como a falta de caixa, faltando dinheiro para a compra de materiais em geral.

O capital da organização é um quesito que deve ser valorizado, pois o mesmo está atrelado as condições de funcionamento da instituição. Os recursos financeiros devem ser constantemente monitorados a fim de garantir a sua correta aplicação.

Os sistemas de Controles Internos de cada instituição, a partir do estudo de suas características, devem estabelecer suas ações e medidas, assim como fazer se cumprir por todas as pessoas envolvidas e comprometidas com seu funcionamento. Os controles internos, realmente visam organizar os dados, fornecendo informações importantes sobre os atos e fatos ocorridos na empresa, bem como realizar uma revisão para que seja constatada a veracidade das informações fornecidas (SANTOS; BÔAS; MORAES, 2012).

Junior (2011, p.9) relata que o controle financeiro é o principal responsável pela criação de valor, para isso, envolve-se cada vez mais com os negócios da organização como um todo. Suas atividades envolvem decisões estratégicas, como a seleção de alternativas de investimento e as decisões de financiamento de longo prazo, como gestão do caixa, obtenção de crédito junto a fornecedores, negociação com bancos e gerenciamento do risco, entre outras.

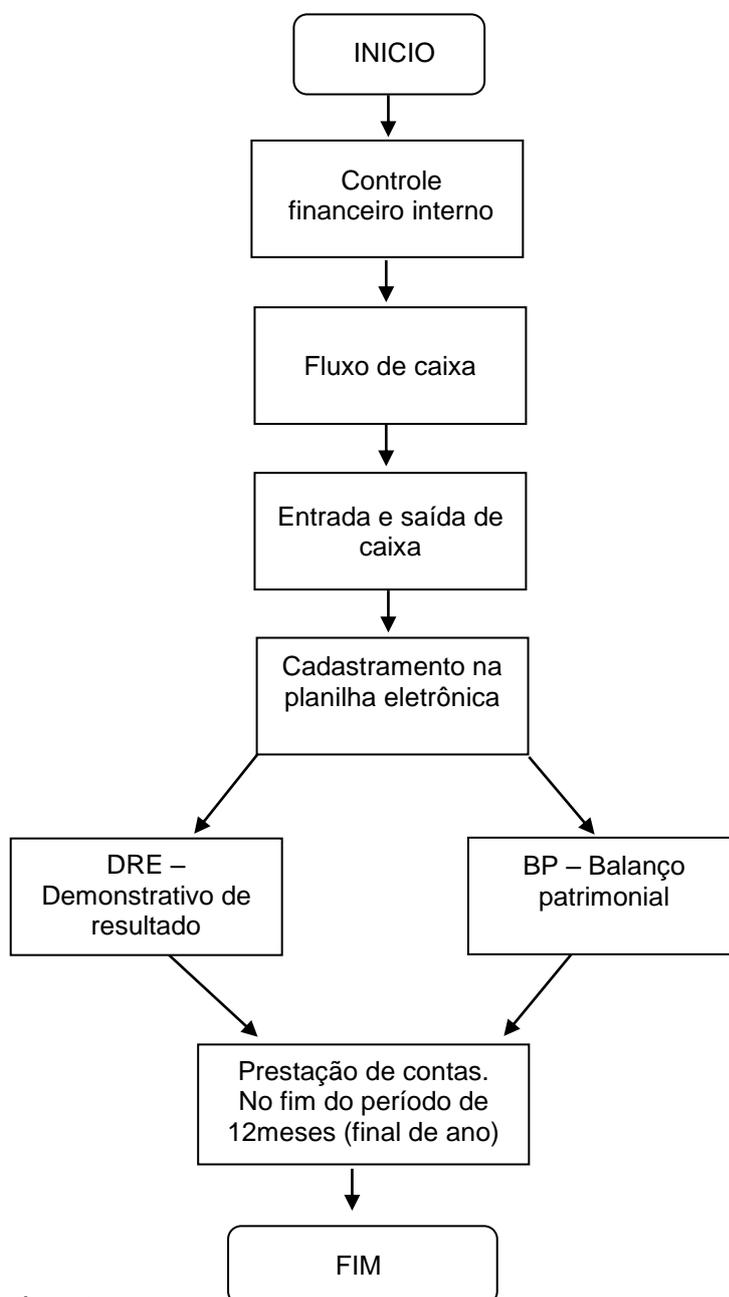
Alguns gestores não administram corretamente suas receitas e despesas, deixando suas unidades permanentemente mais suscetíveis a falhas na gestão financeira. O controle interno serve de auxílio e pode ser utilizado como importante ferramenta de gestão, por isso, se sugere o controle financeiro que beneficie suas finanças para que seu caixa não fique negativo, mantendo seu patrimônio (PADILHA, 2011).

4.5 Proposição de melhoria no processo de gestão de recursos financeiros em uma comunidade terapêutica

Para uma melhor compreensão da aplicabilidade da planilha eletrônica acompanhe (Apêndice 1) o POP que será disponibilizado para instituição para um melhor entendimento da sugestão de controle financeiro interno para a organização.

E logo em seguida, um fluxograma representando como deverá funcionando este controle interno financeiro com a implantação da planilha.

FLUXOGRAMA 2 – Sugestão de fluxo de controle financeiro após a aplicação da planilha eletrônica de controle financeiro para a comunidade terapêutica estudada.



Fonte: As autoras.

O fluxograma acima representa os procedimentos de como seria realizado o controle financeiro interno da instituição com a utilização do instrumento planilha eletrônica. Através desta planilha eletrônica, será possível estabelecer um sistema de controle financeiro para que se tenha um acompanhamento das entradas e saídas de caixa, ou seja, fluxo de caixa, renda fixa e variável, despesas fixas e variáveis, entre outros que estará disponível na área administrativa e financeira do escritório da comunidade terapêutica de forma impressa e digitalizada.

Esta planilha eletrônica, serve para facilitar a visualização e comparação entre os meses do ano. Com o preenchimento dessa planilha (pelos gestores e/ou responsáveis) é possível estimar a média das receitas e custos, auxiliando na elaboração de uma programação que possibilitará o planejamento de capitação de novos recursos para concretização de futuros projetos (curto e longo prazo) garantindo o controle dos valores da receita e dos gastos.

A planilha eletrônica que deverá ser implantada na unidade de estudo será representada e dividida entre rendas e despesas. Tudo que entrar de renda deverá ser preenchido com descrição (item), data e valor na aba do mês referente, e o mesmo será feito com as despesas. Os meses serão divididos por abas, e após o último mês do ano terá a aba "ano", que após o preenchimento de todas as abas "mês", irá gerar o relatório anual automaticamente. A planilha também terá o superávit e déficit do mês anterior. Se o superávit for maior que zero, o déficit ficará em zero, e se o déficit for maior que zero, o superávit ficará em zero. Ao lado da renda ficará um pequeno gráfico com a porcentagem da renda gasta, e conforme for preenchida a planilha essa porcentagem estará alterando. Esse gráfico estará ao lado do total de despesas e renda daquele mês. Também ao lado das despesas terá um gráfico representando despesas e renda, e conforme for preenchido a planilha também estará alterando. Para digitar uma nova despesa ou renda, será somente necessário clicar na última célula da tabela e depois pressionar a tecla "TAB".

Logo em seguida, será demonstrado esse passo a passo de cada processo da planilha eletrônica com um acompanhamento mensal, incluindo superávit e déficit, através de detalhes como gráficos, porcentagem, entre outros que estarão se modificando automaticamente conforme preenchimento e assim tendo um controle das entradas e saídas de caixa. Também estará descrito o acompanhamento anual, após o preenchimento de todas as abas mês (12 meses) irá gerar relatório anual

automaticamente, juntamente com gráficos e porcentagem. E por fim, o resultado do balanço patrimonial, despesas e renda, tanto diárias como mês e ano através desses demonstrativos financeiros.

TABELA 1 – Representação da planilha eletrônica referente aos meses separado por abas.

RENDA MENSAL			PORCENTAGEM DA RENDA GASTA	
Data	Item	Valor	53%	
01/01/2016	Superávit mês anterior	R\$ 0,00		
02/01/2016	Mensalidades recebidas pelo governo	R\$ 4.600,00		
02/01/2016	Mensalidades	R\$ 400,00		
04/01/2016	Outros	R\$ 250,00		
06/01/2016	Doação	R\$ 600,00		
DESPESAS MENSAIS			RESUMO	
Data	Item	Valor	Renda mensal total	R\$ 5.850,00
01/01/2016	Déficit mês anterior	R\$ 0,00	Total de despesas mensais	R\$ 3.081,00
			SALDO	R\$ 2.769,00
			R\$ 7.000	
			<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> Janeiro Fevereiro Março Abril Maior Junho Julho Agosto Setembro Outubro Novembro Dezembro Anual </div>	

Fonte: As autoras.

Todos os meses serão separados por abas. Após o preenchimento de todas as abas mês, a aba ano (após 12 meses) irá gerar automaticamente as rendas e despesas daquele ano.

Fizemos com que este recurso tenha a capacidade de mostrar ao gestor financeiro qual o seu fluxo de caixa através do controle de orçamento possibilitando uma visão mais abrangente e uma tomada de decisão consciente e coesa, por meio do lançamento das rendas e despesas mensais e de seu preenchimento automático em uma aba anual, com demonstrativos de diferentes formas para melhor entendimento (gráficos, percentuais, clareza no alinhamento das colunas, data de postagem, etc.) conforme imagem acima e demais a seguir.

Embasado nas considerações de Trombetta (2014) onde afirmasse a importância do controle financeiro e para o correto gerenciamento de uma organização, tendo em vista que com este recurso tornasse possível antever e aplicar melhor os ativos da organização mostrando assim ao gestor da instituição quais os recursos financeiros.

TABELA 2 – Representação da planilha eletrônica referente a renda mensal.

RENDA MENSAL		
Data	Item	Valor
01/12/2015	Superávit mês anterior	R\$ 0,00
02/01/2016	Mensalidades recebidas pelo governo	R\$ 4.600,00
02/01/2016	Mensalidades	R\$ 400,00

Fonte: As autoras.

As rendas mensais, ou seja, contas a receber terão um acompanhamento diário através da data, descrição ou item e valor. Superávit do mês anterior representa o valor positivo do mês anterior. Se o superávit for maior que zero o déficit é igual a zero. Se o superávit for menor ou igual a zero o déficit fica maior que zero, ou seja, se ficar positivo (sobrar caixa), a organização terá renda extra para o mês seguinte.

Para entradas de renda adicionais, clicar na última célula da tabela (logo a baixo do item valor) e pressionar a tecla com a tecla tab.

Resultado apurado ao final do exercício financeiro que aponta saldo negativo (no caso de positivo, superávit) no confronto entre a soma de todas as receitas e de todas as despesas pagas, indicando que as receitas arrecadadas foram menores do que as despesas realizadas. Difere do déficit orçamentário, pois significa que o Poder Público realizou mais pagamentos do que o efetivo ingresso de receitas (BRASIL, 2016).

TABELA 3 – Representação da planilha eletrônica referente a despesas mensal.

DESPEAS MENSAS		
Data	Item	Valor
01/12/2015	Déficit mês anterior	R\$ 0,00
02/01/2016	Luz	R\$ 500,00

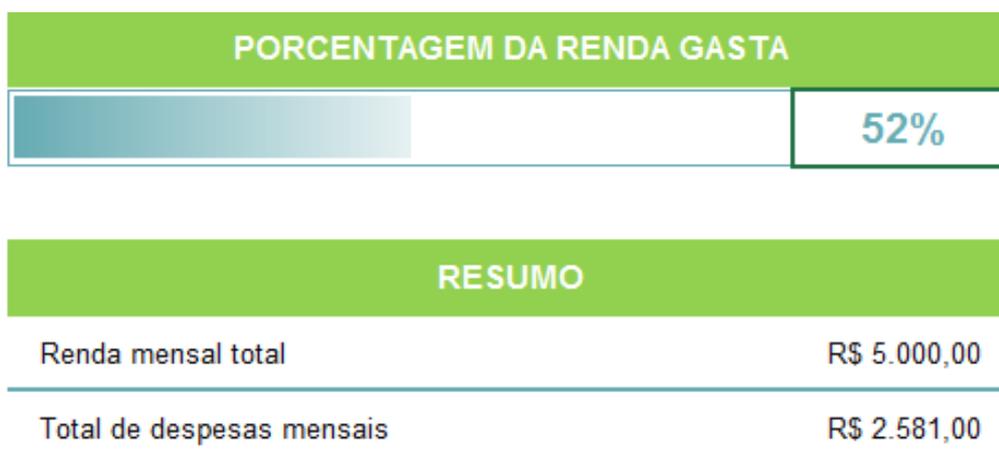
Fonte: As autoras.

As despesas mensais, ou seja, contas a pagar terão um acompanhamento diário através da data, descrição ou item e valor. O déficit do mês anterior representa

o valor negativo do mês anterior. Se o déficit for maior que zero o superávit é igual a zero. Se o déficit for menor ou igual a zero o superávit fica maior que zero, ou seja, se ficar negativo, a organização terá que pagar essas dívidas no mês seguinte.

Para entradas de despesas adicionais, clicar na última cédula da tabela (logo a baixo do item valor) e pressionar a tecla com a tecla “Tab”.

TABELA 4 – Representação da planilha eletrônica referente a porcentagem da renda gasta e total da renda e despesas mensais.

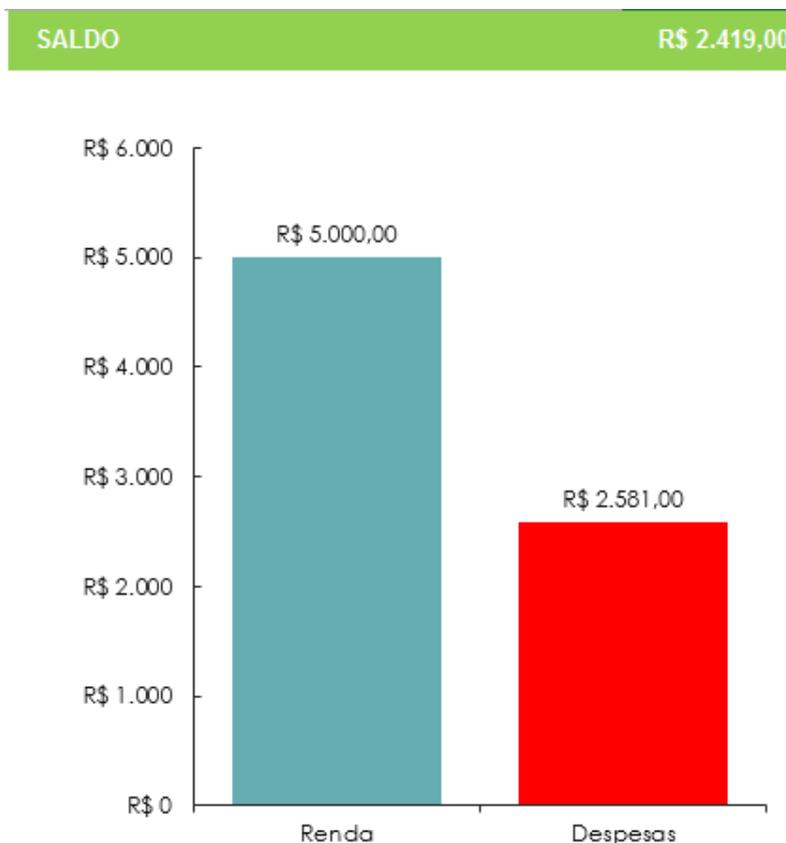


Fonte: As autoras.

Na descrição porcentagem de renda gasta, ira demonstrar a porcentagem de renda gasta no mês. Também estará descrito a renda mensal total do mês e a despesa total do mês, e assim tendo o controle financeiro do fluxo de caixa.

Conforme Freitas (2014) o fluxo de caixa alavanca no controle financeiro da organização, auxiliando na resolução das decisões em curto, médio e longo prazo, pois controla o movimento da entrada e saída de caixa, demonstrando os valores disponíveis.

TABELA 5 – Representação do total de renda gasta e total de despesas mensais através de gráfico



Fonte: As autoras.

Referente ao gráfico, será representado entre despesas e renda mensais, e conforme for sendo preenchido os valores na planilha, esse gráfico vai alterando automaticamente e em tempo real. Referente ao saldo, será a diferença entre despesas e renda do respectivo mês.

Compactuando com a informação de Monteiro (2008) utilizamos o demonstrativo por gráfico de coluna por ser útil na exibição de dados em um período de tempo ou para ilustrar uma comparação entre itens, neste caso, renda e despesas.

Logo em seguida, será demonstrado cada processo da planilha eletrônica referente ao ano.

TABELA 6 – Representação da planilha eletrônica referente ao ano

ORÇAMENTO ANUAL			2016
RENDA ANUAL			PORCENTAGEM DA RENDA GASTA
Mês	Item	Valor	
Janeiro	Renda	R\$ 5.850,00	62%
Fevereiro	Renda	R\$ 2.500,00	
Março	Renda	R\$ 2.000,00	
Abril	Renda	R\$ 3.730,00	
RESUMO			
		Renda anual total	R\$ 37.280,00
		Total de despesas anuais	R\$ 23.221,00

Fonte: As autoras.

A tabela de renda anual (12 meses), ou seja, as contas a receber serão representadas pelo mês, pelo item renda e pelo total de renda no mês. Na porcentagem de renda gasta irá demonstrar a porcentagem de renda gasta naquele ano. Também estará descrito a renda e despesa total do ano.

Diferente do controle mensal, o controle financeiro anual não considera no final do período o déficit e o superávit, pois lançaria esses valores em duplicidade, ou seja, lança somente o mês integral.

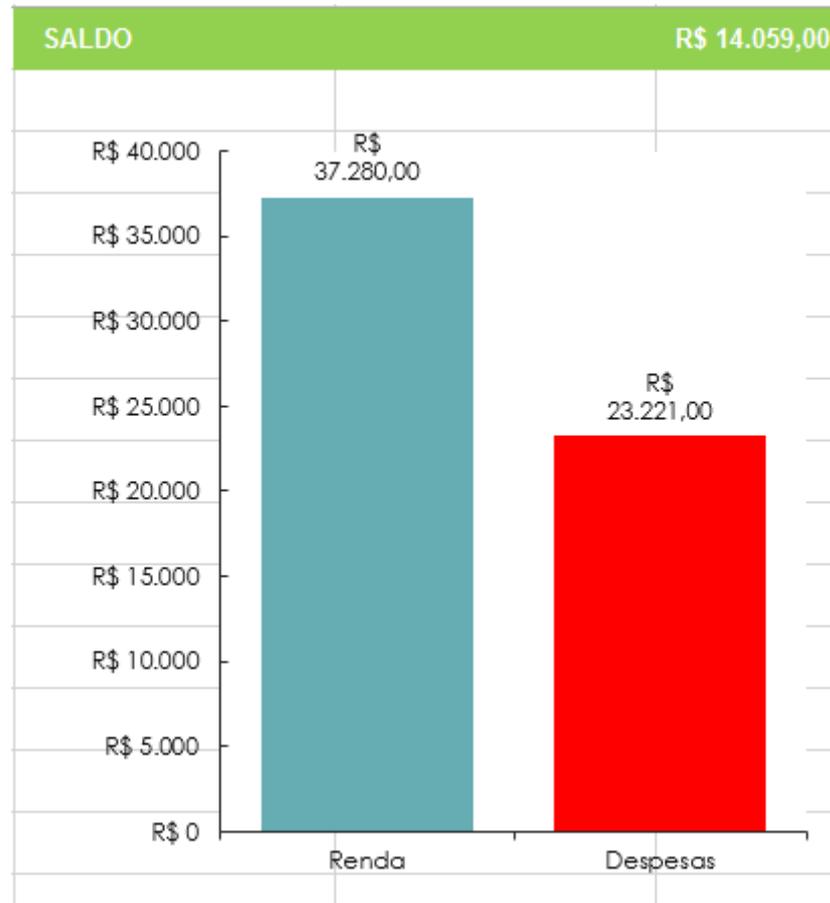
TABELA 7 – Representação da planilha eletrônica referente a despesas anuais.

DESPESAS ANUAIS		
Mês	Item	Valor
Janeiro	Despesas	R\$ 2.581,00
Fevereiro	Despesas	R\$ 1.796,00
Março	Despesas	R\$ 1.796,00

Fonte: As autoras.

A tabela de despesas anuais, ou seja, contas a pagar, (12 meses) serão representadas pelo mês, pelo item despesa e pelo total de despesas no ano. Na porcentagem de renda gasta irá demonstrar a porcentagem de renda gasta naquele ano.

TABELA 8 – Representação do total de renda gasta e total de despesas mensais através de gráfico.



Fonte: As autoras.

Referente ao gráfico, será representado entre despesas e renda do ano, e conforme for sendo preenchido os valores na planilha e abas mês, esse gráfico vai alterando automaticamente e em tempo real. Referente ao saldo, será a diferença entre despesas e renda do respectivo ano.

Referente ao balanço patrimonial e demonstrativo de resultado de exercício, a tabela em si não gera estes demonstrativos contábeis, porém auxilia o contador ou responsável pela área e garante o lançamento, trazendo as informações de forma mais coesa e eficiente para a elaboração desses processos, ou seja, tanto a DRE quanto o DP não são gerados nesta planilha, mas a mesma auxilia e traz os resultados para elaboração dos mesmos.

Para Cazumbá (2014) os processos de controle financeiro dentro do terceiro setor possibilitam acompanhar e planejar a aplicação de seus recursos, colaborando para sua prestação de contas. Os acompanhamentos dos processos podem ser

feitos através da gestão da organização induzindo proteger os bens imobilizados e transmitindo informações confiáveis.

4.6 Resultados possíveis através da implantação de um instrumento planilhas eletrônicas para o controle financeiro interno

Com as análise observacional realizada no período de estágio foram simulados dados financeiros dentro de uma comunidade terapêutica e projetado um instrumento em forma de planilhas eletrônicas para auxiliar o controle financeiro.

Este instrumento é importante para facilitar a visualização e comparação entre os meses podendo ser preenchido manualmente porem não o mais adequado. Na utilização da planilha eletrônica o registro das informações auto alimenta outras tabelas que disponibilizam de forma mais ágil e segura o acompanhamento de informações pertinentes a gestão de recursos. Com o preenchimento dessa planilha é possível estimar a média das receitas e despesas auxiliando na elaboração de uma programação que possibilitará o planejamento de capitação de novos recursos para concretização de futuros projetos (curto e longo prazo) garantindo o controle dos valores da receita e dos gastos.

Com utilização deste instrumento ambiciona-se que a situação do caixa na instituição estudada seja ajustada afim de que contribua para a eficiência no processo de decisão necessário para o acompanhamento das finanças da organização, garantindo que o fluxo de caixa seja de acordo com as necessidades da instituição. Corroborando com relatos de Castilho (2012) sobre a análise das demonstrações financeiras.

A partir das demonstrações que as organizações são obrigadas a gerar, elas conseguem, através de índices, avaliar o desempenho de suas atividades naquele determinado período e tomar decisões. Essa avaliação é chamada de análise das demonstrações financeiras e, é muito importante para qualquer organização e instituição que pretende agir para se desenvolver cada vez mais e crescer. Essa análise dá uma visão da situação operacional, econômica, financeira e patrimonial da instituição (CASTILHO, 2012).

4. CONCLUSÕES

Compreendendo os benefícios do Controle Financeiro amplamente comentado no decorrer desse estudo com base em pesquisas na literatura científica, foi identificada a falta de um instrumento similar na instituição norteadora do estudo, sendo realizado um modelo de instrumento em formato de planilha eletrônica no programa Microsoft Excel 2010 do Sistema Operacional Windows XP (disponível na instituição). O instrumento foi criado visando um modelo de controle financeiro mais eficiente que possa auxiliar com base no referencial teórico contribui para o crescimento e desenvolvimento da instituição no meio em que está inserida. A padronização do fluxo de caixa, contas a pagar e receber, demonstrativo de resultado entre outros foram responsáveis pelo desenvolvimento da entidade no quesito financeiro e ajustando os mesmo para um produtivo desenvolvimento financeiro da instituição.

Diante da atual situação econômica nacional conclui-se que há uma grande necessidade de programas de auxílio e planejamento principalmente para o departamento financeiro de instituições do terceiro setor, pois as comunidades terapêuticas como a do estudo vivem exclusivamente de convênios governamentais e doações de terceiros, e em períodos de corte de gastos tendem a sofrer significativa diminuição do volume das receitas e conseqüentemente necessitam da respectiva diminuição dos gastos e administração mais transparente para atrair e fidelizar doadores.

Os objetivos deste trabalho foram alcançados, foi identificada como é realizada a gestão dos recursos financeiros internos da instituição e comparada com a literatura, e por fim apresentado um instrumento de controle financeiro em forma de tabela elaborado pelas alunas. Estima-se que este instrumento possa auxiliar o administrador na gestão de recursos financeiros, auxiliando futuras fiscalizações, facilitando e corrigindo os procedimentos internos, qualificando a instituição o os serviços prestados, trazendo impactos significativos ao seu poder de compra, dando condições para que a instituição continue expandindo e contribuindo com a sociedade. Porém essa proposição não foi testada, portanto sugere-se que seja dada continuidade a pesquisa com intuito de identificar se o instrumento cumpriu com as expectativas.

Consideramos gratificante o crescimento e envolvimento através da pesquisa bibliográfica relacionadas ao estudo, porém ressaltamos a importância de mais produção científica voltada as comunidades terapêuticas. Encontramos dificuldades na pesquisa da temática “controle financeiro e terceiro setor”, mas não nos impossibilitou na realização deste trabalho, conseguimos prosseguir e atingir os nossos objetivos e com isso transmitir nossas proposições.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, et al. **Controles internos e entidade do terceiro setor: a influência da estrutura organizacional.** XIV Congresso Brasileiro de Custos, João Pessoa – PB, Brasil, 05 de dezembro de 2007. Disponível em: < <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/1485/1485> > Acesso em 27 de maio de 2016.

ARAÚJO, Marcelo Ribeiro de. **Programa Álcool e Drogas - Hospital Israelita Albert Einstein.** Desenvolvido por: "Álcool e Drogas sem Distorção", 2003. Disponível em < http://apps.einstein.br/alcooledrogas/novosite/atualizacoes/as_137.htm > Acesso em 08 de abril de 2016.

BARBOSA, Fortes Ediel. **Finanças empresariais.** Editora Gazeta do Povo. 2002. 28 p. 78 páginas.

BARRETO, Alice Maria. **Custos fixos e variáveis: como essas despesas são controladas na sua agência?** Desenvolvido por: "Iclips: facilidades que vão desde a abertura do Job até seu faturamento", abril de 2014. Disponível em < <http://iclips.blog.br/index.php/custos-fixos-e-variaveis-como-essas-despesas-sao-controladas-na-sua-agencia/> > Acesso em 29 de março de 2016.

BORGES, Leandro. **O que é e como desenvolver um fluxo de caixa.** 2014. Disponível em < <http://blog.luz.vc/como-fazer/fluxo-de-caixa/> > Acesso em 10 de julho de 2016.

BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. **O que é prestação de contas?** Revista Jus Naviganti, Teresina, nº 3509, 2013. Disponível em < <https://jus.com.br/artigos/23681> > Acesso em 11 de abril de 2016.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e Técnicas da Administração Financeira -** Editora Atlas. Edição 1, 2010. 124-279 p. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm > Acesso em 05 de abril de 2016.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Lei das Sociedades por Ações. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm > Acesso em 27 de março de 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997**. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9532.htm > Acesso em 28 de março de 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.637, de 15 de Maio de 1998**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organização sociais, a criação do Programa Nacional de Publicitação, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9637.htm > Acesso em 07 de abril de 2016.

BRASIL, BRASÍLIA. **Portaria nº 101, de 30 de maio de 2001**. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em <
http://www.saude.rs.gov.br/upload/20120425144823rdc_n__101_02_ms___anvisa.pdf> Acesso em 20 de maio de 2016.

BRASIL, BRASÍLIA. **Manual de contabilidade aplicada ao setor pública**. Portaria STN nº 664, de 30 de novembro de 2010, 3ª edição. Ministério da fazenda. Disponível em: <
http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ParteV_DCASP.pdf > Acesso em 28 de maio de 2016.

BRASIL, BRASÍLIA. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014a**. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm> Acesso em 20 de março de 2016.

BRASIL, BRASÍLIA. **Portaria nº 5, de 3 de fevereiro de 2014b**. Diário oficial da união. Disponível em <
https://drogasedireitoshumanos.files.wordpress.com/2014/02/senad_aperta_cts.pdf > Acesso em 08 de março de 2016.

BRASIL, BRASÍLIA. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Disponível em: <
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html > Acesso em 10 de abril de 2016.

BRASIL, BRASÍLIA. **Portaria nº 131, de 26 de janeiro de 2012**. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Disponível em: <
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0131_26_01_2012.html > Acesso em 10 de abril de 2016.

BRASIL. BRASÍLIA. **Déficit Financeiro**. Ministério do planejamento, orçamento e gestão secretaria de orçamento federal. 2016. Disponível em < <http://www.orcamentofederal.gov.br/glossario-1/deficit-financeiro> > Acesso em 10 de julho de 2016.

BULGARIM et al. **Caderno de procedimento aplicáveis à prestação de contas das entidades do terceiro setor (fundações)**. FBC - Fundação brasileira de contabilidade, 2011. Disponível em < http://www1.cfc.org.br/uparq/terceiro_setor.pdf > Acesso em 04 de abril de 2016.

CARNEIRO, Alexandre de Freitas; OLIVEIRA, Deyvison de Lima; TORRES Luciene Cristina. **Accountability e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade**. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v.6, n.2, jul/dez 2011. Disponível em: < <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrij/article/viewFile/1206/1142> > Acesso em 08 de junho de 2016.

CASTILHO, Alzylene de Fátima. **Gestão Financeira em Organizações do Terceiro Setor**. INPG – Instituto Nacional de Pós-Graduação, Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Finanças e Controladoria. São José dos Campos, São Paulo, 2012. Disponível em: < <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjt4aH3sf3MAhXLgpAKHUFfDKkQFggeMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.administradores.com.br%2Fproducao-academica%2Fgestao-financeira-em-organizacoes-do-terceiro-setor%2F5256%2Fdownload%2F&usq=AFQjCNG04gQAc9AU4xr7Lt01KgyclbMVEg&sig2=hQZwWfBGc2JjqegBYtrEkw&bvm=bv.123325700,d.Y2I> > Acesso em 26 de maio de 2016.

CAVALHEIRO, Branco Jader. **A organização do sistema de controle interno municipal**. Cartilha do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS. Revista, 4ª edição, 2007. 29 p.

CAZUMBÁ, Nailton. **A importância do controle no terceiro setor**. 2014. Disponível em < <http://nossacausa.com/a-importancia-do-controle-no-terceiro-setor/> > Acesso em 10 de julho de 2016.

CINTI, Conceição. **Comunidade terapêutica: sua importância no atendimento a dependentes em SPA**. Desenvolvido por: “Educação restaurativa”, 2012. Disponível em: < <http://educacaorestaurativa.blogspot.com.br/2012/03/foto-comunidade-terapeutica-esquadrao.html> > > Acesso em 09 de abril de 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **CFC Nº 1.128 de 21 de novembro de 2008**. Esta Norma estabelece a conceituação, o objeto e o campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Disponível em: < http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaoafc1128_2008.htm > Acesso em 25 de maio de 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Gestão financeira no terceiro setor**. 2ª edição, 2008. Disponível em < http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Manual_procedimentos2008.pdf > Acesso em 10 de abril de 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 1.409/12, de 21 de setembro de 2012**. Disponível em < http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2012/001409 > Acesso em 10 de abril de 2016.

COSTA, Selma Frossard. **As Políticas Públicas e as Comunidades Terapêuticas nos Atendimentos à Dependência Química**. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2009> >. Acesso em 08 de março de 2016.

COSTA, Selma Frossard. **Serviço social e o terceiro setor**. Serviço Social em revista – Universidade estadual de Londrina, 2005. Disponível em < http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n2_selma.htm > Acesso em 06 de abril de 2016.

DAMAS, Fernando Balvedi. **Comunidades Terapêuticas no Brasil: Expansão, Institucionalização e relevância social**. V.6 n.1. 2013. Disponível em: < <http://esp.saude.sc.gov.br/sistemas/revista/index.php/inicio/article/view/173/201>>. Acesso em: 06 de junho de 2016.

DINIZ, Flávia. **A importância da Contabilidade para o Terceiro Setor**. 2014. Disponível em: < <http://www.cienciascontabeis.com.br/importancia-contabilidade-terceiro-setor/> > Acesso em 25 de maio de 2016.

FERNANDES, Regina. **O que é Demonstração do Resultado de Exercício da sua empresa?** Desenvolvido por: “Capital social: contabilidade e gestão”, julho de 2015. Disponível em: < <http://capitalsocial.cnt.br/o-que-e-demonstracao-do-resultado-de-exercicio-da-sua-empresa/> > Acesso em 26 de março de 2016.

FIGLIE, Neliana Buzi; BORDIN, Selma; LARANJEIRA Ronaldo. **Aconselhamento em Dependência Química**. Organização de serviços de tratamento para a Dependência Química. 3ª edição, São Paulo. Roca, 2015. Disponível em: <

https://issuu.com/guanabarakoogan/docs/figlie_e_laranjeira_amostra > Acesso em 28 de maio de 2016.

FONSECA, José Wladimir Freitas da. **Administração financeira e orçamentária**. Editora IESDE Brasil S.A. 2009, 24-54 p. 328 páginas.

FREITAS, Cristiano. **O que é fluxo de caixa e qual a importância para o seu negócio**. Planejamento financeiro. 2014. Disponível em < <http://www.syhus.com.br/2014/04/22/o-que-e-fluxo-de-caixa-e-qual-importancia-para-o-seu-negocio/> > Acesso em 10 de julho de 2016.

GIFE. Pelo impacto do investimento social. **IBGE calcula participação econômica do terceiro setor**. Artigo publicado em 14 de maio de 2007. Disponível em: < <http://gife.org.br/2007/05/14/ibge-calcula-participacao-economica-do-terceiro-setor/> > Acesso em: 08 de junho de 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas S/A, 6ª edição, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Brasil, 2006. Acesso em: 07 de junho de 2016.

GITMAN, J. Lawrence. **Princípios da administração financeira**. Editora Pearson Education do Brasil. 12ª edição, 2010. 33 p.

GONÇALVES, H. S. **O Estado, o terceiro setor e o mercado: uma tríade completa**. 2011. Disponível em: <<http://www.rits.org.br/>>. Acesso em: 06 junho de 2016.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **FIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças**. Manual de Encerramento de Exercício. 6ª edição, versão 3.0. 2013. Disponível em: < http://www.sefaz.ba.gov.br/manual_encerramento.pdf > Acesso em: 08 de junho de 2016.

GRAZZIOLI et al. **Manual de procedimentos para o terceiro setor**. Aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social, 2015. Disponível em < http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf > Acesso em 10 de abril de 2016.

GROPPELLI, Angélico A. **Administração Financeira**. Editora Saraiva. 2012, 341 p. 496 páginas.

GUEDES, Fábio. **O terceiro Setor e sua importância social**. Artigo do Jornal Notícias do dia, coluna publicada no dia 27 de fevereiro de 2012. Disponível em: < <http://ndonline.com.br/florianopolis/colunas/opiniao/25824-o-terceiro-setor-e-sua-importancia-social.html> > Acesso em 08 de junho de 2016.

HOJI, Masakasu. **Administração Financeira na Prática: Guia para Educação Financeira Corporativa e Gestão Financeira Pessoal**. Editora Atlas. Edição 2, 2006. 11 p.

INSTITUTO ABRACE. **Prestação de contas**. Desenvolvido por: “Abrace – dedicação pela vida”, 2015. Disponível em < <http://www.abrace.com.br/prestacao-de-contas#.VxU6J3ErLIW> > Acesso em 29 de março de 2016.

JUNIOR, Antônio Barbosa Lemes. **Administração Financeira**. Editora Campus. 2ª edição, 2011. 9-11p.

MASSARO, André. **Entendendo as despesas fixas e variáveis**. Desenvolvido por: “Banco Bonsucesso”, set de 2014. Disponível em < <http://www.bancobonsucesso.com.br/blog/2014/09/entendendo-despesas-fixas-e-variaveis> > Acesso em 29 de março de 2016.

MELCHIOR, José. **Administração financeira**. Revista Business, 4ª edição. Editora RHJ Conteúdo. 2007, 44 p.

MONTEIRO, Renato da Cruz. **Tratamento da informação: Estatística estudo dos gráficos**. 2008. Disponível em < <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAuMkAB/estudo-dos-graficos> > Acesso em 10 de julho de 2016.

NEHER, Carlos. **Comunidades Terapêuticas no Brasil**. Rio Grande de sul, 2014. Disponível em: < <http://www.ebah.com.br/content/ABAAABTEsAD/comunidades-terapeuticas-no-brasil#comments> > Acesso em 24 de maio de 2016.

OLIVEIRA, Leandro. **O que é e para que serve o Balanço Patrimonial?** Desenvolvido por: “Capital social: contabilidade e gestão”, fev. de 2014. Disponível em < <http://capitalsocial.cnt.br/o-que-e-e-para-que-serve-o-balanco-patrimonial/> > Acesso em 29 de março de 2016.

PADILHA, Fabiano Bitencourt. **O Controle interno como ferramenta de gestão: um estudo de caso em uma empresa de serviços**. Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação. Curso de Pós-Graduação Lato Sensu

em Controladoria e Gestão Empresarial. Ijuí, Rio Grande do Sul, novembro de 2011. Disponível em: >

<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/469/O%20CONTROLE%20INTERNO%20COMO%20FERRAMENTA%20DE%20GESTAO%20-%20FABIANO%20BITEN.pdf?sequence=1> > Acesso em 26 de maio de 2016.

PADOVEZE, Luís Clóvis. **Introdução a administração financeira**. Editora Cengage Learning. 2ª edição, 2010. 10 p.

PAULA, Gilles de. **DRE – Demonstrativo de Resultados do Exercício**.

Desenvolvido por “Treasy - planejamento e controladoria”, julho 2013. Disponível em < <http://www.treasy.com.br/blog/dre-demonstrativo-de-resultados-do-exercicio> > Acesso em 26 de março de 2016.

PEREIRA, Fernanda da Silva. **Controles internos na gestão financeira de uma entidade do terceiro setor**. Desenvolvido por: “Webartigos”, 2013. Disponível em < <http://www.webartigos.com/artigos/gestao-financiera-no-terceiro-setor/106906/> > Acesso em 11 de abril de 2016.

PIMENTA, Rodrigo. **POP – Procedimento Operacional Padrão**. 2015. Disponível em: < <http://docslide.com.br/documents/pop-procedimento-operacional-padrao-55c43bd56c565.html> > Acesso em: 26 de maio de 2016.

PIRRÓ, Marcello. **DRE – Demonstrativo de Resultados do Exercício**.

Desenvolvido por: “Ynvestimentos – saiba onde investir”, janeiro 2014. Disponível em < <http://ynvestimentos.com.br/2014/01/demonstracao-de-resultado-de-exercicio-dre/> > Acesso em 27 de março de 2016.

POLLI, Ana Lúcia. **Prestação de contas das fundações**. Desenvolvido por: “ Portal TSO – Terceiro setor online”. 2016. Disponível em >

<http://www.terceirosetoronline.com.br/conteudo/prestacao-de-contas-das-fundacoes/> > Acesso em 11 de abril de 2016.

RESENDE, Tomás de Aquino. **Terceiro Setor, ONGs e Institutos**. Promotor de justiça. Coordenador do centro de Apoio operacional das promotorias de Tutela de Fundações de Minas Gerais, 2009. Disponível em <

<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/terceiro-setor-ongs-e-institutosf> > Acesso em 05 de abril de 2016.

ROSS, Stephem. **Administração Financeira**. Editora Atlas. 2ª edição 2010. 6-54 p.

SALAZAR, José Nicolás Albuja; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. Livro **Contabilidade Financeira**. Editora Cengage Learning Editores. 2003, 51 p. 296 páginas.

SALES, Irani Albaniza. **Administração e RH**. Editora Data Sul. Módulo I, 2007. 65 p.

SANTOS, Andréia Aparecida Pandolfi dos. **Gestão financeira no terceiro setor**. Desenvolvido por: "Webartigos", 2013. Disponível em < <http://www.webartigos.com/artigos/gestao-financeira-no-terceiro-setor/106906/> > Acesso em 10 de abril de 2016.

SANTOS, Jailma Carvalho dos Santos; BÔAS, Ginda Klaus Emerick Vilas; MORAES, Luciana da Silva. **A Importância do controle interno na gestão das pequenas empresas**: um estudo de caso realizado em uma empresa de pequeno porte, do ramo de consultora na cidade de Barreiras – BA, 2012. Disponível em: < <http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigojhay281112.pdf> > Acesso em 26 de maio de 2016.

SANVICENTE, Antônio Zoratto. **Administração Financeira**. Editora Atlas. 2ª edição, 2002. 232 p.

SARDAGNA, José Carlos. **Modelo de DRE - Demonstração do Resultado do Exercício**. Site: "Conta Azul", março de 2016. Disponível em < <https://blog.contaazul.com/modelo-de-dre/> > Acesso em 26 de março de 2016.

SCACIOTTI, Sérgio. **Responsabilidade social empresarial e o terceiro setor no Brasil**. 2010. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/cotidiano/responsabilidade-socialempresarial-e-o-terceiro-setor-no-brasil/39004/> > Acesso em 24 de maio 2016.

SILVA, Abadio Antônio da. **O conceito de comunidade terapêutica**. Desenvolvido por: "Centroherd – Centro Holístico de estudo e recuperação em dependências químicas", 2011. Disponível em < <http://centroherd.com.br/blog/?p=137> > Acesso em 07 de abril de 2016.

SILVA, Elton Praxedes Carvalho da; VASCONCELOS, Sandra Stöckli de; FILHO, Miguel Arantes Normanha. **Captação de recursos para a gestão do terceiro setor, um grande desafio**. IX SEGet 2012 - Simpósio de excelência em gestão e tecnologia. Tema: Gestão, Inovação e Tecnologia para a sustentabilidade. Disponível em: < <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/2316610.pdf> > Acesso em 08 de junho de 2016.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas**. Editora Atlas. 2008. 10-101 p. 522 páginas.

SILVA, Lúcia Lopes da. **O trabalho do assistente social no “terceiro setor”: a superação das dificuldades e a construção de caminhos**. PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC – SP, mestrado em serviço social. São Paulo, 2008. Disponível em: <
<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp071438.pdf> > Acesso em 24 de maio de 2016.

SOBRAL, Filipe. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. Editora CW – Companion Website. 1ª edição 2008, 242p.

SOUZA, Cristiane. **Gestão Financeira e Contábil para o Terceiro Setor**. Transparência, Prestação de Contas e Orçamento. Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <
http://www.fijo.org.br/publicacoes/lciclo_itinerante/Gestao_Contabil_Fiscal.pdf > Acesso em 25 de maio de 2016.

TROMBETTA, Ari. **A importância do controle financeiro nas empresas**. UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Departamento de ciências contábeis. Curso de ciências contábeis. Pato Branco, Paraná. 2014. Disponível em <
http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3353/1/PB_EGCF_IX_2014_03.pdf > Acesso em 10 de julho de 2016.

VIDAL, Jessen. **Contas a pagar e receber**. 2013. Fatec São José dos Campos. Centro de Paula Souza. Governo do estado de São Paulo. Disponível em <
<http://pt.slideshare.net/leoolima/contas-a-pagar-e-a-receber> > Acesso em 10 de julho de 2016.

ZANLUCA, Jonatan de Sousa. **Balancete de verificação**. 2012. Disponível em: <
<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/balancete-de-verificacao.htm> > Acesso em: 08 de junho de 2016.

APÊNDICE

APÊNDICE A – POP – PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO

POP – PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO				
TÍTULO:			CÓDIGO:	
CONTROLE FINANCEIRO INTERNO			2016-001	
ELABORADO POR:	RESPONSÁVEL (APROVAÇÃO):	DATA DE VIGÊNCIA:	VERSÃO:	ÚLTIMA ALTERAÇÃO:
JÉSSICA NEVES MARIANA DALLMANN	JAQUELINE PATEL	11/07/2017	01	11/07/2016
POP Nº 001	TÍTULO: PROCEDIMENTO OPERACIONAL DE CONTROLE FINANCEIRO INTERNO			
OBJETIVO:	CONTROLE FINANCEIRO INTERNO ATRAVÉS DE PLANILHA ELETRONICA			
<p>1. DESCRIÇÃO DO POP</p> <p>Este POP compõe procedimentos e anexos referente a planilha eletrônica de controle financeiro interno. O procedimento é referente a forma de realização e utilização da planilha e nos anexos estão fixados os documentos que se referem a este processo.</p> <p>2. OBJETIVO</p> <p>Estabelecer um sistema de controle financeiro através de planilhas eletrônicas para que se tenha um acompanhamento das entradas e saídas de caixa, renda fixa e variável, despesas fixas e variáveis, entre outros.</p> <p>3. ÁREA DE ATUAÇÃO</p> <p>Este POP é referente a área do financeiro.</p> <p>4. DISPONIBILIZAÇÃO</p> <p>Estará disponível na área administrativa e financeira do escritório da comunidade terapêutica de forma impressa e digitalizada.</p> <p>5. INFORMAÇÕES SOBRE A PLANILHA ELETRONICA</p> <p>Esta planilha eletrônica, serve para facilitar a visualização e comparação entre os meses do ano. Com o preenchimento dessa planilha (pelos gestores e/ou responsáveis) é possível estimar a média das receitas e custos, auxiliando na elaboração de uma programação que possibilitará o planejamento de capitação de novos recursos para</p>				

concretização de futuros projetos (curto e longo prazo) garantindo o controle dos valores da receita e dos gastos.

6. PRINCIPAIS PASSOS

- Acompanhamento diário através da data, descrição (item) e valor;
- Acompanhamento mensal, incluindo superávit e déficit, com detalhes como gráficos, porcentagem, que estarão se modificando automaticamente conforme preenchimento e assim tendo um controle das entradas e saídas de caixa.
 - Acompanhamento anual, após o preenchimento de todas as abas mês (12 meses) irá gerar relatório anual automaticamente, juntamente com gráficos e porcentagem.
 - Resultado das despesas e renda, diárias, mês e ano através desses demonstrativos financeiros.

7. PROCESSO

A planilha eletrônica que deverá ser implantada na unidade de estudo será representada e dividida entre rendas e despesas. Tudo que entrar de renda deverá ser preenchido com descrição (item), data e valor na aba do mês referente, e o mesmo será feito com as despesas. Os meses serão divididos por abas, e após o último mês do ano terá a aba "ano", que após o preenchimento de todas as abas "mês", irá gerar o relatório anual automaticamente. A planilha também terá o superávit e déficit do mês anterior. Se o superávit for maior que zero, o déficit ficará em zero, e se o déficit for maior que zero, o superávit ficará em zero. Ao lado da renda ficará um pequeno gráfico com a porcentagem da renda gasta, e conforme for preenchida a planilha essa porcentagem estará alterando. Esse gráfico estará ao lado do total de despesas e renda daquele mês. Também ao lado das despesas terá um gráfico representando despesas e renda, e conforme for preenchido a planilha também estará alterando. Para digitar uma nova despesa ou renda, será somente necessário clicar na última célula da tabela e depois pressionar a tecla "TAB".

Logo em seguida, será demonstrado cada processo da planilha eletrônica referente ao mês.

2016

CONTROLE ORÇAMENTO MENSAL

RENDA MENSAL		
Data	Item	Valor
01/01/2016	Superávit mês anterior	R\$ 0,00
02/01/2016	Mensalidades recebidas pelo governo	R\$ 4.600,00
02/01/2016	Mensalidades	R\$ 400,00
04/01/2016	Outros	R\$ 250,00
06/01/2016	Doação	R\$ 600,00

PORCENTAGEM DA RENDA GASTA	
53%	

DESPESAS MENSALIS		
Data	Item	Valor
01/01/2016	Deficit mês anterior	R\$ 0,00

RESUMO	
Renda mensal total	R\$ 5.850,00
Total de despesas mensais	R\$ 3.081,00

SALDO	
	R\$ 2.769,00

DESPESAS MENSALIS		
Data	Item	Valor
01/01/2016	Deficit mês anterior	R\$ 0,00

RESUMO												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ag	Set	Out	Nov	Dez	Anual

Todos os meses serão separados por abas.

Após o preenchimento de todas as abas mês (12 meses), a aba ano irá gerar automaticamente a renda e despesas daquele ano.

RENDA MENSAL

Data	Item	Valor
01/12/2015	Superávit mês anterior	R\$ 0,00
02/01/2016	Mensalidades recebidas pelo governo	R\$ 4.600,00
02/01/2016	Mensalidades	R\$ 400,00

O valor positivo do mês anterior. Se o superávit for > que 0, o déficit é = a 0. Se o superávit for < ou = a 0, o déficit fica > ou = a 0.

Clicar na última célula da tabela e depois pressione a tecla **Tab**. Para entradas de renda adicionais, clique na última célula da tabela e depois pressione a tecla **Tab**.

A renda mensal deverá contar a data, nome do responsável ou serviço e valor.

DESPESAS MENSAIS		
Data	Item	Valor
01/12/2015	Déficit mês anterior	R\$ 0,00
02/01/2016	Luz	R\$ 500,00

O valor negativo do mês anterior. Se o déficit for > que 0, o superávit é = a 0. Se o déficit for < ou = a 0, o superávit fica > ou = 0.

A despesa mensal deverá contar a data, nome do responsável ou serviço e valor.

Clicar na última célula da tabela e depois pressione a tecla **Tab**. Para entradas de renda adicionais, clique na última célula da tabela e depois pressione a tecla **Tab**.

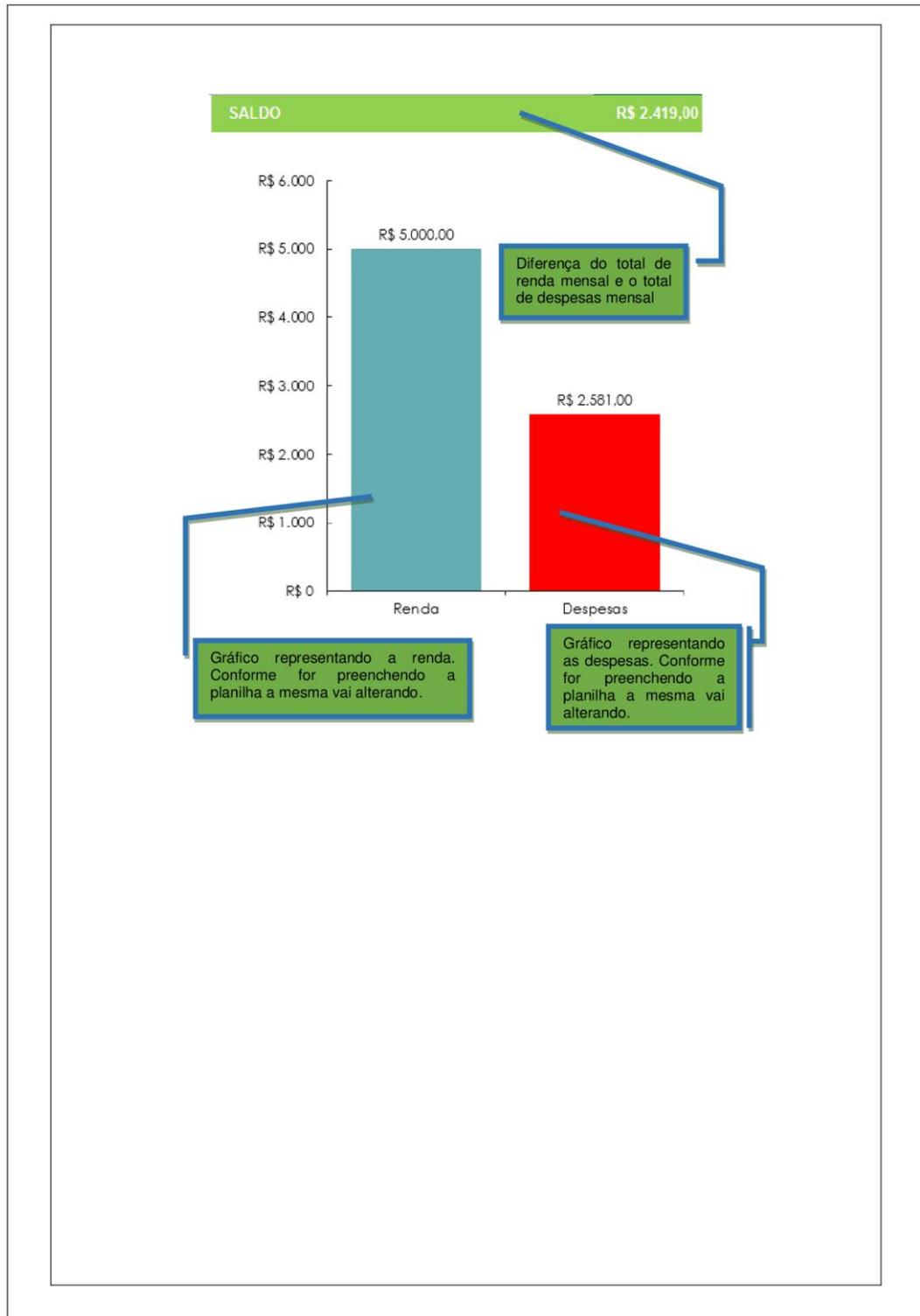
PORCENTAGEM DA RENDA GASTA	
<div style="width: 52%;"></div>	52%

RESUMO	
Renda mensal total	R\$ 5.000,00
Total de despesas mensais	R\$ 2.581,00

Total de renda gerada no mês.

Porcentagem da renda gasta no mês.

Total de despesas geradas no mês.



Logo em seguida, será demonstrado cada processo da planilha eletrônica referente ao ano.

RENDA ANUAL			PORCENTAGEM DA RENDA GASTA	
Mês	Item	Valor		62%
Janeiro	Renda	R\$ 5.850,00		
Fevereiro	Renda	R\$ 2.500,00		
Março	Renda	R\$ 2.000,00		
Abril	Renda	R\$ 3.730,00		

RESUMO	
Renda anual total	R\$ 37.280,00
Total de despesas anuais	R\$ 23.221,00

Renda anual (12 meses). Tabela é representada pelo mês e pela renda total do mês.

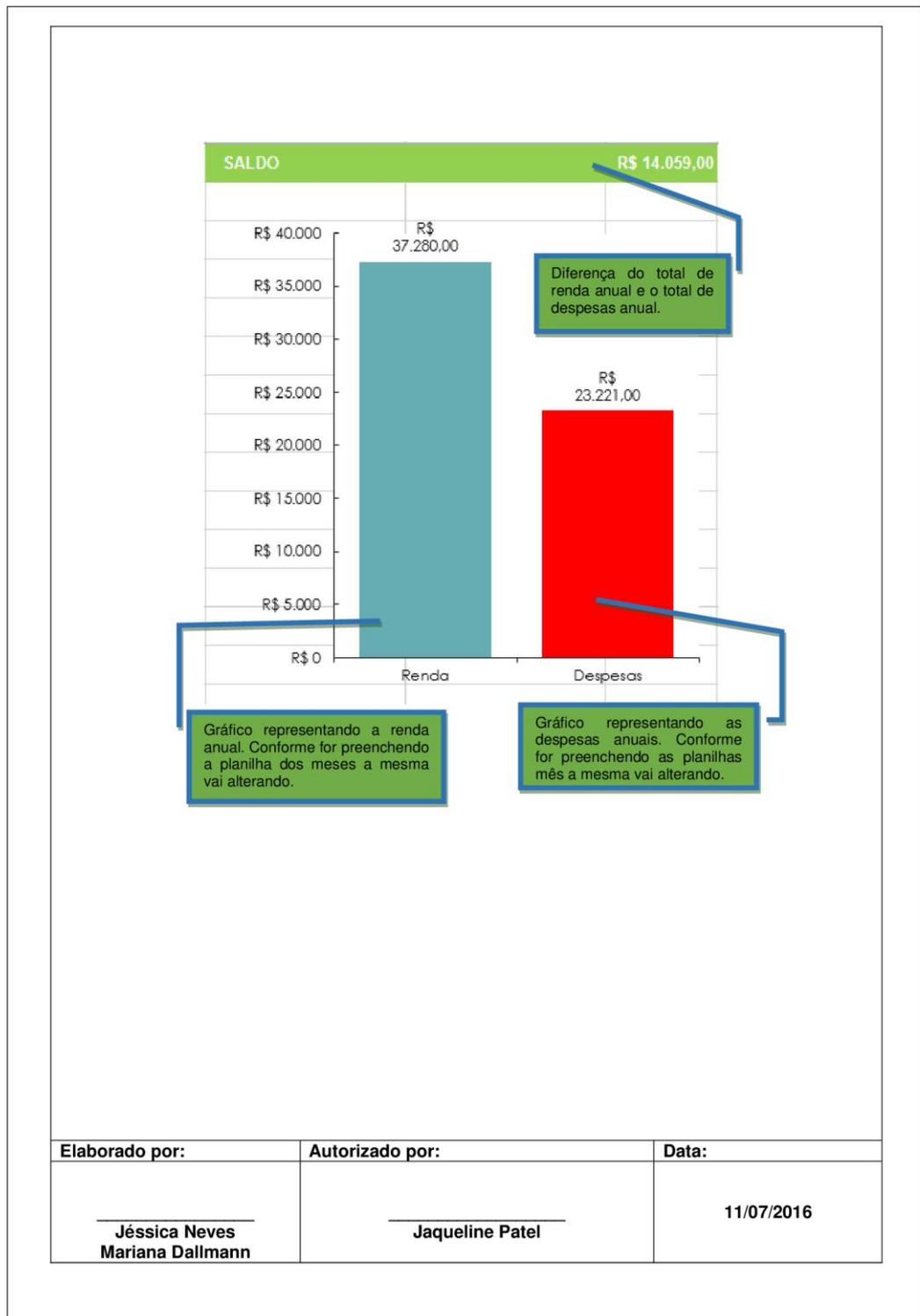
Porcentagem anual de renda gasta.

Total de renda anual.

Total de despesas anuais.

DESPESAS ANUAIS		
Mês	Item	Valor
Janeiro	Despesas	R\$ 2.581,00
Fevereiro	Despesas	R\$ 1.796,00
Março	Despesas	R\$ 1.796,00

Despesa anual (12 meses). Tabela é representada pelo mês e pela despesa total do mês.



Fonte: Adaptado de Pimenta, 2015.